

Quem disse ?

«Há nações antes dos mercados, há valores acima dos negócios»

Sousa Franco
Visão, 24 de Junho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1026 1 JULHO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

III Convenção Nacional da Nova Maioria

Sábado, 3 de Julho
Coliseu dos Recreios
Lisboa

Carta de António Guterres aos Participantes na página 17

Milícias Indonésias fomentam terror

Guterres indignado com ataque à ONU

O primeiro-ministro manifestou-se profundamente indignado e exigiu o rápido apuramento de responsabilidades na sequência do ataque às instalações das Nações Unidas em Timor-Leste.

As declarações de António Guterres foram proferidas no final da cimeira da América Latina, Caraíbas e União Europeia, que decorreu no Rio de Janeiro, na qual se encontrava acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

O chefe do Governo realinou que Portugal continuará empenhado no sentido de tratar a questão de Timor-Leste com grande lealdade aos princípios acordados sob a égide das Nações Unidas, acrescentando que o nosso país não fará qualquer declaração provocatória. «Todos compreendem, agora, como foi sensata a posição do Governo português ao não reclamar o adiamento do primeiro acto referendário», afirmou António Guterres. Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros disse ter já expressado ao secretário-geral das Nações Unidas, a solidariedade de Portugal face ao ataque de que os representantes desta organização mundial foram vítimas.

O posto das Nações Unidas foi atacado na terça-feira por cerca de uma centena de indivíduos pertencentes às milícias integracionistas indonésias e terá provocado mais de uma dezena de feridos. Este ataque foi confirmado pelo porta-voz da missão das Nações Unidas em Timor-Leste, David Wilmhurst, classificando-o inclusivamente como muito violento. «As instalações da ONU foram seriamente danificadas», declarou o diplomata.

Nos termos do acordo assinado em Maio, em Nova Iorque, entre Portugal e o regime de Jacarta, a responsabilidade pela segurança em Timor-Leste pertence à Indonésia. Face a estes lamentáveis episódios, a chefe de secção de interesses de Portugal na Indonésia, Ana Gomes, considerou como «extremamente grave» o ataque às instalações da Unamet. «O ataque ocorreu numa zona particularmente fustigada pelas milícias, onde a população é vítima regular dos seus abusos», denunciou Ana Gomes.

PLANO NACIONAL DE EMPREGO 1999

ENCETAR NOVA MENTALIDADE

O Plano Nacional de Emprego (PNE) 1999, apresentado, no dia 25 de Junho, em Lisboa, perspectiva a estabilização da taxa de desemprego abaixo dos 5 por cento no final deste ano e fixa metas ao nível do emprego, com um aumento previsto de 0,7 por cento.

Para já e do ponto de vista financeiro, encontram-se orçamentados em termos de políticas activas de emprego e promoção da qualificação dos recursos humanos 217 milhões de contos.

As informações foram divulgadas durante a conferência para apresentação pública do PNE 1999, que decorreu no Grande Auditório da FIL e foi presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres, contando com a presença do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues.



Sociedade & País

Carne de bovino portuguesa Eventual prolongamento do embargo



Após ter sido decretado o embargo, deslocou-se a Portugal, de 22 de Fevereiro a 3 de Março de 1999, uma missão de inspecção da União Europeia cujo relatório, dado a conhecer cerca de um mês e meio depois, veio a revelar-se positivo para Portugal, sugerindo inclusivamente o levantamento do embargo à exportação, sob certas condições, dos touros de Lide.

Sociedade & País

Porto de Sines Vão ser investidos 45 milhões no Terminal XXI



A Administração do Porto de Sines e a PSA Corporation, de Singapura, vão investir 45,7 milhões de contos no desenvolvimento do Terminal XXI, que entrará em exploração em 2003.

O negócio permite a Sines tornar-se o maior «transhipment» de contentores na região do Atlântico e do Mediterrâneo Ocidental. A implantação do Terminal XXI vai criar 150 postos de trabalho, no arranque, prevendo-se que estes atinjam um total de 350 em 2006, 500 em 2010 e 800 em 2015.



Plano Nacional de Emprego

O Governo apresentou no final da passada semana o Plano Nacional de Emprego. Nada de mais natural se tivermos em conta o esforço que o actual executivo tem dedicado a esta matéria. Recorde-se que a taxa de desemprego tem vindo a diminuir nos últimos 29 meses.

A problemática do emprego e da formação profissional tem sido, também, uma das batalhas de Portugal. O emprego não é apenas uma questão económico-social, mas sim uma questão central de cidadania. Razão pela qual o Governo português tem mantido uma posição liderante na procura de uma política europeia em favor do emprego. Cumprindo um dos compromissos europeus que define que todos os Estados-membros devem apresentar, durante o mês de Junho de cada ano, os seus «Planos de Acção para o Emprego», o Governo português fez-lo, no final da passada semana, numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro, António Guterres.

Este plano nacional que tende a melhorar as qualificações profissionais e a combater o desemprego, criando uma sociedade mais justa e desenvolvida, mereceu da parte do líder do maior partido da oposição comentários perfeitamente desajustados do contexto e da realidade em que o país vive, o que vem demonstrar mais uma vez que a maior parte das suas intervenções se prendem apenas com promessas meramente eleitoralistas e sem fundamento.

O Governo de António Guterres teve o especial cuidado de apresentar o referido Plano apenas após a conclusão do último acto eleitoral, para que não fosse confundido nem dele se pudessem tirar quaisquer ilações eleitoralistas. Apesar disto, Durão Barroso conseguiu ver, nesta importante iniciativa, uma atitude eleitoralista, o que nos leva a questionar se o líder da oposição anda distraído com os prazos e os compromissos europeus ou se é favorável a uma taxa de desemprego idêntica à herdada dos governos cavaquistas em que participou.



«LA ROSE AU POING» QUANDO NÃO HAVIA TERCEIRA VIA NEM PÓS-MODERNOS

A edição de 2 de Julho de 1981 do «Acção Socialista» estava repleta de motivos de interesse, sob o pano de fundo da oposição socialista ao governo de centro-direita da AD já em plena agonia. Mas, para além de uma completa informação sobre as actividades do PS de norte a sul do País e de detalhadas notícias sobre a actualidade nacional e internacional, o «AS» publicava o anúncio de um livro que despertava o interesse e o consequente desejo de o comprar por parte dos camaradas-leitores do órgão oficial do PS.

Tinha prefácio do camarada Mário Soares e era a edição portuguesa do livro «La rose au poing», da autoria de François Mitterrand e considerado uma das suas obras clássicas.

Um livro notável de afirmação dos valores socialistas actualizados mas não descaracterizados, num tempo em que não havia terceira via nem pós-modernos. Ou seja, num tempo em que - conforme se pode ler na última edição da revista «Visão, passe a publicidade - Blair e Schroeder não ousariam propor, na sua frenética ânsia de modernização-descharacterização dos valores do socialismo democrático, o fim da rosa como imagem de marca dos socialistas europeus.

J. C. C. B.

2 de Julho

Quem disse?

«Prestes a celebrar o duplo centenário, a Revolução Francesa está longe de ter esgotado a sua mensagem. Somente onde ontem se falava de democracia, a palavra é hoje de socialismo»

Raul Rego



A escolha de Guterres Vitorino comissário europeu

É a crónica de uma decisão que há muito se adivinhava. A escolha de António Vitorino não podia ser melhor.

O camarada António Vitorino, um dos mais notáveis políticos da sua geração, vai ser comissário europeu. É o homem certo no lugar certo.

A escolha foi anunciada no dia 24 num comunicado do gabinete do primeiro-ministro.

«Em contacto hoje realizado entre o primeiro-ministro, eng. António Guterres, e o presidente da Comissão Europeia, prof. Romano Prodi, ficou definido por consenso que o próximo português na Comissão será o dr. António Vitorino», lê-se no comunicado.

Recorde-se que o pelouro de António



Vitorino, bem como o de todos os outros novos comissários, deverá ser anunciado em meados de Julho.

J. C. C. B.

Embargo às exportações de carne de bovino Capoulas protesta contra Bruxelas

Capoulas Santos escreveu no dia 25 uma carta dura ao comissário europeu que detém o pelouro da Agricultura, Franz Fishler, que se prepara para propor a continuação do embargo às exportações de carne portuguesa de bovino.

Na missiva, o ministro da Agricultura

português lamenta que Fishler se proponha apresentar a proposta na próxima reunião do Colégio de Comissários sem que tenha sido levado em conta «o gigantesco esforço» de Portugal para executar as medidas com que se comprometeu.

Novo impulso na Sociedade da Língua Portuguesa

Realizaram-se no passado dia 29 as eleições para os corpos sociais da Sociedade da Língua Portuguesa (SLP), cinquentenária instituição sempre ao serviço da língua e cultura portuguesas.

Carlos Carranca e Maria Elsa Rodrigues dos Santos, prestigiadas personalidades dos meios culturais e académicos, com notáveis currículos científicos, são, respectivamente, os novos presidente e vice-presidente da SLP, liderando uma equipa dinâmica e experiente.

Como grande objectivo a nova direcção propõe-se reestruturar a SPL de modo a que esta instituição possa acompanhar os novos desafios e a evolução inerente à viragem do século.



Reviver os «sixties» e «make love not war» em Cascais

A geração do «make love not war» reviveu os «sixties» em Cascais. Numa iniciativa da Câmara Municipal de Cascais e da Associação Anos 60, decorreu no passado sábado, dia 26, no Hipódromo Manuel Possolo, a II Gala Pop Rock Anos 60 - Cascais 99», com entrada livre, que contou com a participação de nove bandas que se distinguiram na década de todos os «dreams».

Com apresentação de Júlio Isidro e Cândido Mota, a geração do «flower power», com menos cabelo e mais barriga, e os seus filhos e sobrinhos assistiram num ambiente superdescontraído, colorido e florido, bem à maneira dos «sixties», à acção de bandas como Chinchilas, Sheiks, Charruas e Victor Gomes, entre outras, que recordaram muitos dos temas que animaram essa época.

J. C. C. B.

GOVERNO DO PS ATÉ 2003 – REFORÇAR A APOSTA NAS PESSOAS

António Guterres demonstrou, na Assembleia da República, que o PS é o único partido que tem um programa sólido e credível para governar o País nos próximos quatro anos. O esforço essencial dos Estado Português, segundo o primeiro-ministro, continuará a dirigir-se às pessoas. Perante a incapacidade do maior partido da oposição em apresentar alternativas válidas, o secretário-geral do PS pronunciou-se com elevada profundidade sobre os grandes objectivos nacionais. Com o PS no Governo, serão reforçados os investimentos em todos os graus de ensino. Conserva-se igualmente o tenaz combate à exclusão, bem como a aposta na modernização tecnológica e no acesso de cada vez mais jovens ao mundo da Internet. Sem esquecer a segurança e defesa da qualidade do ambiente, o próximo Governo vai dedicar atenção muito especial ao sector da saúde e à justiça.

No debate sobre o Estado da Nação, o primeiro-ministro apresentou algumas das principais linhas que irão caracterizar o Governo socialista até 2003. Como explicou perante os deputados, trata-se de uma estratégia «que assenta nas portuguesas e nos portugueses a maior riqueza e o maior potencial do país. Tudo começa pelas pessoas, pela sua valorização, pela sua realização pessoal, familiar e profissional através do triângulo educação, formação e emprego».

Entre outras garantias, um dos compromissos do PS é a cobertura integral pelo pré-escolar das crianças de cinco anos e de 70 a 75 por cento nos três e quatro anos. Ainda ao nível do pré-escolar, o objectivo é duplicar em 2003 o número de crianças de idade inferior a três anos com acesso a creches.

Também na área da Educação, segundo António Guterres, ao fim dos próximos quatro anos, não haverá uma única escola a funcionar em pavilhões pré-fabricados, bem como será assegurada a gratuidade dos livros e materiais didácticos nos primeiros quatro anos de escolaridade. Finalmente, na Assembleia da República, António Guterres deixou igualmente claro que, em 2003, «estaremos em condições de tornar obrigatória a prática efectiva da componente experimental do ensino, mesmo no básico», e de proporcionar a todos os jovens, até aos 18 anos, o acesso ao ensino secundário, à formação profissional ou, se estiverem empregados, a uma forma de trabalho que também permita a obtenção de uma qualificação profissional. Em estreita ligação com a Educação, o



Governo promete também continuar a conceder prioridade à formação profissional e ao combate ao desemprego. Desta forma, o Plano Nacional de Emprego permitirá que, até ao final do ano 2000, seja oferecida uma oportunidade de emprego ou formação a todos os jovens, antes de completarem seis meses de desemprego. Esta embalagem, de acordo com o chefe do Executivo, permitirá que, na vigência do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que termina em 2006, cerca de 25 mil jovens por ano sejam beneficiados com aprendizagem em empresas e 120 mil trabalhadores por ano se encontrem em formação contínua, o que duplicará os níveis actuais.

Modernização tecnológica

Face à rápida evolução das tecnologias, António Guterres lembrou que os ministérios da Educação, da Ciência do Trabalho e Solidariedade estão a definir um diploma de competência informática básica, cujo conteúdo e exigência abrangerá todos os conhecimentos necessários para trabalhar os computadores e com a Internet.

Desta forma, como salientou António Guterres, até 2003, «todos os alunos que terminarem a escolaridade obrigatória» adquirirão a capacidade de trabalhar com a Internet. E a mesma oportunidade será oferecida a todos os desempregados em complemento dos cursos de formação. «Programas especiais serão concretizados

para professores e elementos da função pública» e, no plano, das redes, acrescentou o primeiro-ministro, «impõe-se criar os mecanismos reguladores que constituam uma verdadeira Rede Nacional das Auto-Estradas de informação». Mas o Governo ainda traçou outras metas para os próximos quatro anos no que respeita à melhoria científica dos portugueses: generalizar em todo o país o Programa «Cidades Digitais»; criar as condições para multiplicar por quatro o número de computadores com acesso à Internet nos lares portugueses; permitir a todos os cidadãos que o queiram e não disponham de computadores, um endereço de correio electrónico, *e-mail*, tendo como objectivo de referência dar acesso a mais um milhão de pessoas em menos de três anos; multiplicar por mil os conteúdos portugueses disponíveis na Internet; e concretizar a iniciativa nacional para o comércio electrónico.

Solidariedade e saúde

Além da modernização tecnológica e da permanente aposta na Educação, o Governo socialista assegura aos portugueses que também conservará uma das suas grandes apostas: a solidariedade e a segurança.

Como realçou o primeiro-ministro no debate do Estado da Nação, o apoio domiciliário aos idosos duplicou entre 1995 e 1999. E esse apoio «duplicará de novo entre 1999 e 2003. Serão também garantidas condições de acompanhamento e

internamento condigno para os idosos de idade mais avançada e em comprovada situação de dependência», afirmou.

Mas, na próxima legislatura, a grande prioridade do Executivo passará pelo crescimento da afectação dos recursos na área da saúde. Neste momento, referiu o primeiro-ministro, «estão definidos objectivos claros, por especialidade, por forma a garantir que, até 2002, a recuperação de todas as listas de espera para os tempos clinicamente recomendados de acordo com as normas internacionais». Também já foram traduzidos em legislação alguns princípios que irão pautar a actividade governativa e que configuram uma manutenção das responsabilidades do Estado pela cobertura total dos riscos de saúde; a distinção entre as entidades financiadoras já criadas e as entidades prestadoras de cuidados de saúde; clareza na separação de águas entre as actividades públicas e privadas; autonomia de gestão de hospitais, de centros de saúde e sistemas locais de saúde, permitindo eficácia, responsabilidade e humanização; estímulo aos regimes de trabalho a tempo inteiro e à dedicação exclusiva; criação de centros de responsabilidade no interior das instituições, permitindo uma melhoria das remunerações em relação com índices de produtividade e qualidade; organização de todo o sistema tendo como objectivo fundamental o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, a rapidez e a humanização do atendimento e a qualidade na prestação.

Continua na página seguinte

Continuação

ção dos cuidados. Face à existência de vários casos que têm afectado a confiança dos consumidores em determinados produtos alimentares (exemplo mais recente dos frangos belgas), o chefe do Governo avançou com uma proposta a todos os níveis inovadora e que reside na criação de uma agência para a qualidade e segurança alimentar, sob a tutela da defesa do consumidor. Esta instituição, em última análise, assegurará aos consumidores que podem confiar na qualidade daquilo que consomem.

Ambiente e cultura

Outro capítulo da intervenção do primeiro-ministro foi dedicado a demonstrar os progressos registados no campo da segurança. Para a próxima legislatura, segundo o secretário-geral do PS, o Governo vai formar de novo cerca de oito mil agentes e manter o esforço de investimento. Por outro lado, nos domínios dos ministérios do Ambiente e da Agricultura, a equipa de António Guterres, no final da próxima legislatura, conta garantir que Portugal atinja os níveis da União Europeia em termos de abastecimento de água, tratamento de esgotos e de recolha e tratamento de resíduos, incluindo cem por cento dos industriais e hospitalares. Paralelamente, a aposta é continuar a beneficiar a área florestal nova, que aumentou 72 mil hectares entre 1996 e 1998. Entre 2000 e 2006, será de cem mil hectares. Por sua vez, os regadios inteiramente financiados pelo Estado serão superiores a dez mil entre 2000 e 2006. Quanto ao Ministério da Cultura, até 2003, com o PS no Governo, a rede nacional de leitura pública cobrirá todos os municípios. Mas o Executivo também já tomou a decisão de criar uma Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros, assegurando que pelo menos todas as cidades capitais de distrito terão, até ao ano 2001, um espaço vivo para concertos, bailados, teatro, cinema ou exposições. Como lembrou António Guterres, «estão neste momento em curso 11 obras em todo o País, numa operação que envolve nove milhões de contos no seu conjunto». Finalmente, ainda na área da cultura, o Governo criará igualmente uma Rede Nacional de Museus, que será moderna e estruturada, sendo uma realidade que conta com um investimento da ordem dos 30 milhões de contos.

No quadro do apoio ao investimento social nas áreas metropolitanas, o primeiro-ministro frisou que só o Ministério do Trabalho e Solidariedade prevê a aplicação de 27 milhões de contos em equipamentos sociais durante os próximos quatro anos. Por outro lado, o esforço financeiro associado às medidas de inserção social e profissional dos grupos particularmente desfavorecidos nessas áreas está estimado, para o período da próxima legislatura, em 46 milhões de contos.

A finalizar a apresentação das principais medidas do PS, até ao final da próxima legislatura, o primeiro-ministro deixou a garantia de que, sejam quais forem os vencedores das eleições legislativas do Outono, terá no capítulo das obras públicas o trabalho preparado. «O ritmo de construção destas obras públicas em Portugal



atingirá assim os níveis mais elevados de sempre», disse.

Infelidades de Durão Barroso

Durante o período destinado ao debate, o primeiro-ministro revelou-se particularmente duro com a infeliz intervenção de Durão Barroso, que tentou tirar proveito político de um trágico rapto ocorrido com dois portugueses nas matas de Cabinda. Após as perguntas do líder do maior partido da oposição, António Guterres levantou-se para frisar que «em todas as circunstâncias» em que esteve ao seu alcance a defe-

sa dos portugueses, nunca hesitou «em assumir os riscos». Lembrou, a este propósito, os cerca de 1500 portugueses que foram evacuados de Bissau por um navio da marinha mercante, sem qualquer protecção militar e debaixo de fogo intenso. Já no caso do Serviço de Informações de Defesa e Estratégia Militares (SIEDM), o primeiro-ministro recordou as responsabilidades directas que teve o deputado do PSD Azevedo Soares na distribuição por 20 deputados de um documento confidencial. Em vez de se demitir das suas funções de presidente da comissão de inquérito, esse mesmo deputado resolveu per-

manecer no lugar. Mas mais, segundo o chefe do Governo: o PSD tudo fez para que a Assembleia da República não apurasse os responsáveis pelas fugas de informação. Ainda sobre as críticas feitas pelo presidente do PSD às obras públicas executadas no tempo do actual Executivo, o primeiro-ministro respondeu que «este Governo não repetirá os erros» do «cavaquismo». «Não faremos estradas de qualquer maneira, com crimes ambientais pelo meio», sublinhou, antes de revelar que, até ao final do presente mês, a ministra do Ambiente divulgará um despacho sobre a decisão da localização do novo aeroporto. Já na resposta ao presidente do Grupo Parlamentar do PP, António Guterres explicou o alcance da decisão do ministro das Finanças, Sousa Franco, no sentido de impedir a compra de 40 por cento do grupo Mundial Confiança pelos espanhóis do Banco de Santander e Central Hispano. O primeiro-ministro salientou que esse impedimento não foi por razões de protecção, mas, antes, porque o negócio foi feito de uma forma «ilegal» e sem as normas de respeito por qualquer Governo. «Além de responsabilidades políticas, este caso encerra também responsabilidades morais», declarou António Guterres, referindo-se à figura de António Champalimaud, que, no início da presente década, recebeu grandes apoios de anteriores governos nacionais para reconstruir o seu grupo económico, que foi desfeito pelas nacionalizações de 1975. Ainda sobre este caso, o chefe do Governo esclareceu o líder dos comunistas que, mesmo que o Estado continuasse a deter 13 por cento do capital do Banco Totta e Açores, essa participação seria inútil para procurar travar a compra de 40 por cento do grupo por parte dos espanhóis do Banco de Santander.

António Costa elogia: Parlamento foi valorizado

Encerrando o último debate sobre o Estado da Nação na presente legislatura, o ministro António Costa concluiu que nunca como nos últimos quatro anos a Assembleia da República havia assistido a tantos debates de urgência, tantas interpelações e tantas presenças de membros do Governo para prestar explicações aos deputados. Houve uma nova relação entre o Parlamento e os partidos políticos. Depois de ter salientado esta nota positiva, o ministro dos Assuntos Parlamentares manifestou a sua confiança que, até ao último dia da presente sessão legislativa, a 2 de Julho, a Assembleia da República não deixará de aprovar três diplomas fundamentais: a Lei de Serviço Militar, a revisão da Lei de Bases da Segurança Social e a Lei de Competências dos Municípios. Um desafio claro aos partidos da oposição. Mas o ministro dos Assuntos Parlamentares também respondeu a Durão Barroso, lembrando que ele, ao levantar o tema do rapto de dois portugueses em Cabinda, «quebrou uma regra de ouro de qualquer regime democrático». E explicou porquê: «Há temas que, ao tornarem-se assuntos de debate político, só favorecem o infractor. E, neste caso, o infractor é quem raptou os dois portugueses», afirmou. António Costa referiu-se também às propostas avulsas apresentadas pelo líder do PSD, dizendo que Barroso gostaria de fazer em cem dias «aquilo que os governos de Cavaco Silva não fizeram em dez anos. Para ser credível nas propostas, é também preciso ser credível no diagnóstico do País», disse ainda o ministro dos Assuntos Parlamentares, dirigindo-se à bancada do PSD.

ALA LIVRE DE DROGA EM TIRES

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu no passado sábado, dia 26 de Junho, na cadeia de Tires, à assinatura de um despacho conjunto que visa investir 2,7 milhões de contos nos próximos quatro anos no Programa Especial de Prevenção da Toxicod dependência nas Prisões. Guterres, que no Dia Mundial da Luta Contra a Droga inaugurou em Tires a primeira Ala Livre de Droga em cadeias para mulheres, disse que o objectivo do Governo é o de conseguir que todo o recluso toxicod dependente que se queira tratar o possa fazer.

O chefe do Executivo socialista referiu que os reclusos toxicod dependentes se defrontam com uma dupla privação de liberdade, enquanto o Ministro da Justiça, Vera Jardim, também presente na ocasião, lembrou que nos últimos anos tem havido uma condenação maior de mulheres (muitas das quais ligadas a problemas de droga) do que de homens.

António Guterres adiantou que quando o Governo tomou posse o sistema prisional tinha uma sobrelotação de quase 50 por cento, com instalações extremamente degradadas, que o orçamento desta área passou por isso de menos de oito milhões na legislatura anterior para 29 milhões de contos na actual, o que permitiu melhorar as instalações e aumentar em 2 500 o número de vagas.

Na luta contra a toxicod dependência também o investimento mais que duplicou com o objectivo de que todos os



toxicod dependentes que o quisessem pudessem tratar-se, salientou o primeiro-ministro, lembrando a vantagem de conjugação dos esforços nos dois sectores.

O despacho conjunto, assinado pelos ministros José Sócrates (que tem a tutela do combate à droga) e Vera Jardim, vai permitir dotar o referido programa contra a toxicod dependência nas prisões com uma verba de 1,7 milhões de contos para acções de formação e funcionamento e mais um milhão para despesas de investimento no período 2000 a 2004.

Este programa, que se insere na Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga recentemente aprovada pelo Executivo, abrange as áreas da prevenção, tratamen-

to, reinserção, redução de riscos, formação do pessoal penitenciário e controlo de droga nas prisões.

Mais e melhores apoios

Na sua breve intervenção, o titular da pasta da Justiça frisou que os problemas de sobrelotação já baixaram para cerca de 15 a 20 por cento e que, no que diz respeito à cadeia de Tires, a recente abertura do estabelecimento da Guarda e as obras na ala feminina da cadeia de Castelo Branco vão permitir uma melhoria significativa até ao fim do ano.

A nova Ala Livre de Droga em Tires, com

capacidade para 28 reclusas, vão seguir-se outras em Sintra e Pinheiro da Cruz, a somar às cinco já existentes actualmente no Estabelecimentos Prisionais de Lisboa, Porto, Santa Cruz do Bispo e Leiria, disse o governante.

Entretanto, ainda no âmbito da prevenção da toxicod dependência nas cadeias, está prevista a criação de um Gabinete de Apoio ao Funcionário e de uma escola para investigação científica na área da problemática da droga e reclusão, disse Graça Poças, directora do departamento de saúde dos Serviços Prisionais.

«O Governo pretende que todos os toxicod dependentes reclusos tenham acesso a modalidades de tratamento, nomeadamente através do alargamento da rede de unidades livres de droga, de programas de substituição e de antagonistas», explicou.

Por seu turno, José Sócrates recordou num depoimento escrito para o último número da revista «Prisões», que «há um número considerável de consumidores de droga e de toxicod dependentes nas prisões portuguesas, quer em cumprimento de pena, quer em regime de prisão preventiva».

«A maior parte deles chega ao sistema prisional não propriamente por infracção à lei da droga, mas pela prática de crimes associados à toxicod dependência», sendo de um modo geral «heroinómanos que cometem sobretudo crimes contra o património por forma a alimentar o seu vício», reiterou.

METRO DO SUL COM REGIME DE CONCESSÃO

O Conselho de Ministros deu luz verde, no passado dia 24, em Lisboa, à instituição do regime geral da concessão da rede metropolitana da Margem Sul do Tejo (MST), a desenvolver, por fases, na área dos Municípios de Almada, Barreiro, Moita e Seixal.

O decreto-lei, aprovado na reunião do Executivo socialista, abrange a realização do projecto, a construção, o fornecimento de equipamentos e de material circulante, o financiamento, a exploração, a manutenção e a conservação da rede do metropolitano.

A concessão, cujo prazo será de 30 anos a contar da data de assinatura do contrato, poderá compreender, a título acessório, a exploração de publicidade, áreas comerciais e parqueamentos nas instalações da rede de metropolitano ou em locais adjacentes.

A concessão será atribuída pelo Estado



mediante concurso público internacional, que decorrerá na dependência dos ministros das Finanças e do Equipamento, do

Planeamento e da Administração do Território e ao qual se poderão candidatar empresas ou agrupamentos de empresas, ainda que entre elas não exista qualquer modalidade específica de associação.

Do programa de concurso constarão obrigatoriamente, de forma detalhada, os requisitos respeitantes a experiência, capacidade e aptidão técnica, financeira e empresarial que os concorrentes deverão satisfazer de forma a serem admitidos no concurso, bem como o elenco dos critérios de apreciação das propostas (com vista à selecção para a fase de negociações e escolha do concessionário) e as normas relativas à tramitação processual do concurso.

O programa do concurso definirá ainda as cações a apresentar, cujo valor global não poderá ser inferior a 1 750 000 000 escudos, bem como as fases em que devem ser prestadas.

O diploma institui ainda, numa área deli-

mitada, por um período de dois anos contados a partir da data da sua publicação, uma zona de defesa e controlo urbanos, obrigando a prévia autorização da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Entre os actos e actividades programados prevê-se a criação de novos núcleos populacionais, incluindo loteamentos urbanos; a construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações; a instalação de explorações ou ampliação das já existentes; e alterações importantes, por meio de aterros ou escavações, à configuração geral do terreno.

Visa-se deste modo salvaguardar a execução das alterações que virão a ser introduzidas, por forma a não inviabilizar a hipótese de utilização da área em causa como espaço de implantação do MST, controlando as pressões urbanísticas e protegendo o adequado desenvolvimento do sistema urbano.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

O consumo de drogas ilícitas - sobretudo heroína - está a abrandar nos últimos anos, de acordo com todos os indicadores disponíveis, assegurou na passada sexta-feira, dia 25 de Junho, o ministro Adjunto para a Juventude, Desporto e Toxicod dependência, José Sócrates.



Falando em Faro, durante uma cerimónia de assinatura de protocolos no âmbito do Programa Vida - Emprego, o governante relevou o decréscimo do consumo nos últimos dez anos, «segundo todos os indicadores disponíveis», embora tenha ressalvado que tais indicadores «ainda são insuficientes».

«É preciso divulgar estes dados para combater ideias feitas de muita gente, mesmo com responsabilidades, que continua a pintar um quadro negro sobre o assunto», afirmou, sublinhando que a luta contra a droga «tem que ser baseada em conhecimento e saber» e não «em meras impressões».

Sócrates apontou um estudo comparativo realizado entre a população escolar de Lisboa, segundo o qual, entre 1992 e 1998, houve um declínio acentuado no consumo de todas as drogas ilícitas, principalmente heroína.

«Em dez anos controlámos o consumo de droga nas Forças Armadas», adiantou por outro lado o ministro, citando dados segundo os quais, em 1986, 16 por cento dos que entravam em qualquer dos três ramos daquelas forças estavam indiciados como consumidores de drogas duras, contra 2 por cento, em 1998.

AMBIENTE

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, considerou, no dia 28 de Junho, em Jovim, Gondomar, que houve «muito exagero» nas notícias sobre a qualidade do ar na cidade do Porto.

«Houve muito exagero no alarmismo com que as notícias foram passadas», disse, considerando que «só se fala no assunto porque pela primeira vez se começam a fazer medições da qualidade do ar».

Segundo a ministra, as cidades do Porto e Lisboa vão dispor de controlos permanentes da qualidade do ar e, simultaneamente, disponibilizar essa informação ao cidadão.

«Sempre que houver excesso de poluição em determinadas zonas, as câmaras têm a possibilidade de desviar o tráfego», sublinhou, acrescentando que, «apesar de

não estar em causa nenhuma situação de extrema gravidade, as pessoas com problemas cardíacos e respiratórios poderão, mediante informação disponibilizada, evitar as zonas mais poluídas».



A governante falava no final da inauguração da Estação de Cloragem e da nova Estação Elevatória de Jovim, em Gondomar. O custo global das intervenções iniciadas em 1997 ronda os 3,8 milhões de contos, dos quais 1,4 referem-se às intervenções em Jovim.

Integradas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à Área Sul do Grande Porto, as instalações de Jovim constituem um dos «pontos fulcrais» do denominado Sistema Adutor Norte, responsável pelo abastecimento de água a uma população de cerca de 750 mil habitantes de cinco municípios da margem direita do Rio Douro: Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto e Valongo.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, apoiou, no passado sábado, em Cabeceiras de Basto, a modernização do sector ovino e caprino, tendo em linha de conta o respeito pela biodiversidade e do ambiente.

Vítor Barros, que falava no III Carrefour dos Cordeiros e dos Homens - «Basto'99», aludiu ao futuro dos sectores ovino e caprino no quadro da Agenda 2000 como um dos objectivos do desenvolvimento rural, que passa pela «modernização maior competitividade do sector, respeitando o meio ambiente e tendo em conta a biodiversidade».

A preservação da natureza é urgente devido à «importância da agricultura intensiva excedentária, que além dos problemas do êxodo rural - com a mecanização, modernização e fertilização com pesticidas -, tem criado desequilíbrios ao território a todos os níveis», sublinhou ainda Vítor Barros.

Para o governante, o III Quadro Comunitário de Apoio tem como objectivo o incentivo as organizações de agricultores, acrescentando que «outras medidas estão a ser negociadas no âmbito da Agenda 2000», embora subsistindo algumas «dificuldades em Bruxelas».

DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, defendeu, no dia 26 de Junho, em Cabeceiras de Basto, que os concelhos do interior deverão possuir um

equilíbrio das condições de vida igual a das grandes cidades.

Miranda Calha, que visitou o Estádio Municipal António José Gomes Pereira, onde vão ser construídas as bancadas centrais cobertas, ao abrigo de um contrato-programa assinado também no passado sábado, frisou que «o Governo está a dar atenção aos problemas dos concelhos do interior».



«Sei o que significa ser-se esquecido, pois pertence a um concelho do interior, mas a nossa postura é a de encontrar o equilíbrio e o acesso à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento harmónico entre aqueles que estão numa área metropolitana e aqueles que estão numa cidade do interior», disse.

O secretário de Estado adiantou existir «um forte sentido de colaboração efectiva e clara por parte do Executivo», assim como uma «grande preocupação com o desenvolvimento do desporto, no sentido da aproximação aos padrões europeus».

Miranda Calha mostrou-se «satisfeito» com o programa de desenvolvimento das infra-estruturas desportivas do concelho, que considerou «essencial para a melhoria condições de vida dos cidadãos e dos jovens em particular».

ECONOMIA

O ministro da Economia, Pina Moura, anunciou na passada sexta-feira, dia 25, em Santo Tirso, uma dotação de 280 milhões de contos (1 400 milhões de euros) para as micro e pequenas empresas, no âmbito do Plano Operacional da Economia (POE).



Segundo Pina Moura, as micro e pequenas empresas, que representam 95 por cento do tecido empresarial português, debatem-se com três grandes dificulda-

des: o acesso ao crédito, o acesso à informação e o défice no aconselhamento jurídico, contabilístico e administrativo.

As soluções propostas pelo Ministério da Economia para as dificuldades no acesso ao crédito passam pelo recurso a sociedades de garantia mútua e sociedades de capital de risco, com «o objectivo de aumentar a força negocial das micro e pequenas empresas junto da banca».

Para as dificuldades no acesso à informação, nomeadamente «nos campos da inovação e tecnologia e na qualificação e formação dos recursos humanos empresariais, prevê-se melhorar o Serviço de Informação a Empresa do IAPMEI, tornando-o acessível as micro e pequenas empresas, e lançar o Programa Piloto Assistência Técnica em parceria com associações empresariais.

Relativamente ao défice de aconselhamento jurídico, contabilístico e administrativo, está previsto o lançamento pelo IAPMEI, no segundo semestre de 1999, de um serviço em rede de informação e aconselhamento para as micro e pequenas empresas.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, deslocou-se, no dia 26 de Junho, à Região Autónoma da Madeira para visitar as obras de ampliação do aeroporto de Santa Catarina.



Durante a visita, João Cravinho celebrou o contrato para a terceira fase de ampliação do aeroporto.

A terceira fase da obra é relativa à construção da nova aerogare, avaliada em 13 milhões de contos, que foi adjudicada à Nova Pista, empresa responsável pelas restantes obras.

A intervenção insere-se no projecto de ampliação da pista do aeroporto de Santa Catarina para 2 771 metros, parte da qual fica suportada sobre pilares, no mar, uma obra de engenharia calculada em 90 milhões de contos.

A conclusão da obra está prevista para Setembro do ano 2000, mas em Fevereiro do próximo ano os aviões começarão a utilizar a nova pista, uma vez que a actual será submetida a um processo de reposicionamento.

HABITAÇÃO

Cerca de 500 mil fogos foram construídos pelo Estado entre 1991 e 1998, de acordo

PELO PAÍS

Governança Aberta

com dados revelados, no dia 29 de Junho, no Porto, pela secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho.

A governante presidiu à apresentação de cinco estudos que visavam fazer a «Caracterização da Habitação em Portugal», encomendados por Leonor Coutinho ao Instituto Nacional de Estatística (INE).

A pressão construtiva nas áreas metropolitanas, a caracterização e a estimativa do parque habitacional são três dos aspectos alvo do tratamento estatístico do INE, a par da tipologia das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e dos indicadores de preços da habitação.

Neste último caso, o estudo realizado é «inovador ao nível europeu» e dota Portugal de um conjunto de indicadores e de índices de preços na habitação, segundo uma nota do gabinete da governante.

JUSTIÇA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça, Matos Fernandes, lançou, no dia 25, em Aveiro, um repeto aos juizes para que recorram mais à aplicação de penas de trabalho a favor da comunidade e testem o Instituto de Reinserção Social. Matos Fernandes falava durante a assinatura de protocolos com autarquias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) «empregadoras».

O governante ressaltou que esta sugestão de um maior recurso a penas de prestação de trabalho a favor da comunidade para a punição de crimes de menor gravidade não pretende desrespeitar a independência dos tribunais, mas chamou a atenção para «situações aparentemente absurdas» como o facto de haver em França mais emigrantes portugueses assim condenados do que em todo o Portugal.

«É tempo de aproveitar as margens de tolerância que ainda existem na sociedade», disse o governante, referindo que essa é a pena que está a ser mais utilizada na Europa e a que aproxima o prevaricador da sociedade.

Segundo Matos Fernandes o trabalho temporário «é o preço que devemos exigir como forma de indemnização do corpo social e é altura de reservar a privação da liberdade para os casos em que verdadeiramente se justifica e utilizar o princípio da ressocialização».

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O financiamento do IFADAP para a construção dos matadouros de Bragança e Vinhais foi desbloqueado e a sua construção vai arrancar de imediato, anunciou na quinta-feira, dia 24 de Junho, o secretário de Estado da Modernização Agrícola, Luís Vieira.

A notícia foi avançada em Vinhais, onde o governante presidiu à assinatura do contrato de financiamento do matadouro entre a Carne de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carne e o IFADAP e à cerimonia de adjudicação da obra a empresa Agropromotora Internacional, SA. Luís Vieira fez também o lançamento da primeira pedra do matadouro que, segun-

do o previsto, estará a funcionar até Março do próximo ano, com uma comparticipação financeira do Estado de 78 por cento nos 121 mil contos que irá custar a obra.

SAÚDE

Uma extensão de saúde em Famões, Odivelas, que entrou em funcionamento há cerca de um mês, foi inaugurada, no passado dia 25, pela ministra da Saúde, Maria de Belém, mas a população já reivindica um Centro de Saúde de raiz.

A ministra visitou também as instalações da antiga Extensão de Saúde da Pontinha, agora autonomizada e promovida a Centro de Saúde, que englobará as extensões da Urmeira e de Famões.

A ministra também visitou o Centro de Saúde da Pontinha, antiga extensão de saúde, que passa a englobar as extensões de Famões e Urmeira.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade assegurou na passada quinta-feira, dia 24 de Junho, que «mais lares» em situação irregular vão ser encerrados na sequência das acções de fiscalização em curso.



Ferro Rodrigues falava à Comunicação Social, em Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, após a inauguração de um lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia local.

«Continuam as operações no terreno», declarou o governante, garantindo que essa acções do seu ministério «vão levar ao encerramento de mais lares no País».

O ministro - juntamente com outras figuras públicas e benfeitores da Misericórdia de Oliveira de Azeméis - foi agraciado com o título de «irmão benemérito», destinado a entidades e pessoas que contribuem com mais de três mil contos para a instituição.

Ainda sentado na mesa, Ferro Rodrigues, embora tenha aceite a distinção, desobrigou-se do protocolo no momento em que o seu nome era anunciado, pôs-se em pé para melhor ser ouvido pelos presentes e fez questão de esclarecer que o agraciado era o Ministério da Solidariedade e não o seu titular.

«Não sou eu. O dinheiro não é meu», corrigiu.

A empresa de lacticínios Proleite, sediada no concelho, e o governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, foram outros dos novos «irmãos beneméritos».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 24 de Junho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que institui o regime geral da concessão da rede metropolitana da Margem Sul do Tejo, a desenvolver, por fases, na área dos Municípios de Almada, Barreiro, Moita e Seixal;
- Um decreto-lei que cria a Administração-Geral Tributária;
- Um decreto-lei que define níveis de responsabilidade e actuação dos serviços e organismos públicos intervenientes no circuito da informação, contabilização e administração das receitas do Estado;
- Um diploma que altera os artigos 3º e 9º do decreto regulamentar que define os rendimentos a declarar para efeitos de determinação do escalão de que depende o montante do subsídio familiar a crianças e jovens e alguns princípios a que deve obedecer a actuação das entidades gestoras das prestações familiares;
- Um decreto-lei que estabelece o meio de prova dos requisitos de robustez física e perfil psíquico exigidos para o exercício de funções públicas ou de actividades privadas;
- Um diploma que altera os artigos 15º, 19º, 37º, 41º e 64º do decreto-lei que regula as prestações por encargos familiares;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime jurídico da cabotagem marítima; altera o artigo 15º do decreto-lei n.º 96/89, de 28 de Março, e revoga o decreto-lei n.º 31/97, de 28 de Janeiro, relativo ao Registo Internacional de Navios da Madeira (MAR);
- Um diploma que altera o regime sancionatório do decreto-lei que estabelece as providencias legislativas para impedir o aparecimento das doenças contagiosas dos animais, para contrariar o seu alastramento ou para as extinguir;
- Um diploma que altera o decreto-lei que criou a conta especial de emergência;
- Um decreto-lei que cria as tabelas gerais de inaptidão e incapacidade para a prestação de serviço por militares e militarizados nas Forças Armadas e para a prestação de serviço na Polícia Marítima;
- Um decreto-lei que aprova a orgânica da Direcção-Geral dos Impostos;
- Um decreto-lei que aprova a orgânica da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIIC);
- Um decreto-lei que cria o Instituto Português de Conservação e Restauro e extingue o Instituto José de Figueiredo;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento de Identificação, Registo e Circulação de Animais e revoga o decreto-lei n.º 245/96, de 20 de Dezembro, e as portarias n.ºs 262/81, 121/92 e 243/94, de 3 de Abril, de 26 de Fevereiro e 18 de Abril, respectivamente;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime jurídico dos fundos de investimento mobiliário;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção do Unidroit sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995;
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, em 24 de Fevereiro de 1999;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, o tratado de criação e os Estatutos do Conselho Ibero-americano do Desporto, assinados em Montevideo, em 4 de Agosto de 1994;
- Um decreto que aprova o Acordo de Cooperação no Domínio da Função Pública entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde, assinado na Cidade da Praia, aos 28 de Abril de 1999;
- Um decreto que aprova o acordo, por troca de notas, assinadas em Lisboa, em 2 de Dezembro de 1988 e 7 de Janeiro de 1999, entre a República Portuguesa e o Canadá sobre o acesso a actividades remuneradas para familiares dependentes de funcionários diplomáticos, consulares, administrativos e técnicos das Embaixadas, Missões e Postos Consulares portugueses e canadianos;
- Uma resolução que autoriza o Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) a emitir empréstimos internos de curto prazo, representados por Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e destinados à aplicação dos excedentes de tesouraria das entidades do Sector Público Administrativo (SPA);
- Uma resolução que autoriza a participação portuguesa no aumento geral de capital da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento;
- Um decreto-lei que estabelece as normas relativas ao registo, autorização para exercício da actividade, classificação e titulação, implantação e funcionamento das explorações suínícolas e dos centros de agrupamento de suínos;
- Um decreto-lei que regulamenta as profissões técnicas de diagnóstico e terapêutica, e cria o Conselho Nacional das Profissões de Diagnóstico e Terapêutica como órgão de apoio ao ministro da Saúde;
- Um decreto-lei que dá continuidade ao processo de harmonização com o estabelecido na directiva comunitária n.º 93/89/CEE, do Conselho, de 25 de Outubro, e revê as regras de liquidação e cobrança dos impostos de circulação (IC) e camionagem (ICA), cujo regulamento foi aprovado pelo decreto-lei n.º 89/98, de 6 de Abril.

DESTAQUE – CM

Finanças

NOVA GESTÃO DE RECURSOS FISCAIS

O Governo socialista criou, no dia 24, a Administração-Geral Tributária (AGT).

O decreto-lei que constitui esta nova entidade gestora dos impostos foi aprovado na passada reunião de Conselho de Ministros, que decorreu, na quinta-feira, em Lisboa.

A nova AGT é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita à tutela e superintendência do ministro das Finanças, encarregada de assegurar a direcção superior, a coordenação, o controlo e o planeamento estratégico das direcções-gerais tributárias, bem como a gestão das tarefas de interesse comum dos serviços públicos que têm a seu cargo a prossecução das actividades relativas à determinação, cobrança e controlo dos recursos fiscais.

A administração tributária portuguesa é estruturalmente complexa, pois integra actualmente as seguintes três direcções-gerais: a Direcção-Geral dos Impostos (DGC), que tem por missão fundamental a aplicação da política e a administração dos impostos directos e indirectos, com excepção dos direitos aduaneiros e dos principais impostos especiais sobre o consumo; a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), à qual incumbe exercer o controlo da fronteira externa comunitária e do território aduaneiro nacional, para fins



fiscais, económicos e de protecção da sociedade, e administrar os direitos aduaneiros e os impostos especiais sobre o consumo que lhe estão cometidos; e a Direcção-Geral da Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), à qual, enquanto serviço integrado de suporte e apoio às outras duas direcções-gerais, compete a concepção, desenvolvimento, implementação e exploração das tecnologias de informação e comunicações.

O peso objectivo actual na Administração Pública das organizações tributárias pode ser descrito a partir de dados como «cer-

ca de 15 mil funcionários», com despesas de funcionamento e de investimento de aproximadamente 90 milhões de contos, em 1998, e que asseguram a cobrança bruta de 5 498,8 milhões de contos, o que em «volume de negócios» significa que é destacadamente a maior «empresa» portuguesa, com extraordinário peso na Administração Pública.

Este acréscimo de importância da administração tributária ganha outro relevo face à entrada de Portugal na União Económica e Monetária e à vinculação ao Pacto de Estabilidade, Crescimento e Emprego, o que impõe a necessidade de urgente raci-

onalização de organizações e de processos de decisão, bem como de alcançar eficácia na obtenção, com justiça, de recursos fiscais.

No sentido de obtenção de economias de escala com melhor coordenação foram já dados vários passos.

Assim, criou-se a DGITA como serviço integrado de suporte e apoio às outras duas direcções-gerais, no que respeita à concepção, desenvolvimento, implementação e exploração das tecnologias de informação e comunicações, e, entre outros, com o objectivo fundamental de conceber, desenvolver e executar a rede RITTA.

Procedeu-se também à clarificação do papel da DGAIEC no plano dos impostos especiais de consumo.

Instituiu-se, ainda, em 1997, o Conselho de Directores-Gerais especializado para os Assuntos Fiscais cujo funcionamento tem possibilitado uma melhor definição de funções, articulação e coordenação entre os departamentos da administração tributária, além de assegurar uma gestão mais eficiente e progressivamente integrada dos seus recursos comuns.

Aspectos não menos relevantes e representativos deste processo de reorganização foram a integração das tesourarias da fazenda pública na DGC, a criação do Conselho Nacional de Fiscalidade e, noutra plano, a criação da Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e Fraude Fiscal e Aduaneira (UCLEFA).

DESTAQUE – CM

Receitas tributárias

CLARIFICAR E COMPATIBILIZAR

O Executivo socialista aprovou, na reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira, dia 24, o diploma que define níveis de responsabilidade e actuação dos serviços e organismos públicos intervenientes no circuito da informação, contabilização e administração das receitas do Estado.

Este decreto-lei procede à definição das atribuições e responsabilidades dos serviços administradores das receitas públicas, clarifica as competências de centralização e coordenação da respectiva administração e contabilização e permite a introdução de novas modalidades de cobrança e critérios uniformes de contabilização das receitas.

Os objectivos principais decorrentes do regime previsto no diploma são a uniformização dos procedimentos, de modo a estabelecer critérios uniformes de actua-

ção, que permitam superar as diferenças actualmente existentes nos serviços que administram as receitas, resultantes de uma legislação muito dispersa e desactualizada, e as formas de diluição de responsabilidades que lhes são inerentes; e a clarificação das atribuições, competências e responsabilidades dos serviços administradores das receitas e dos serviços encarregados de centralizar e coordenar a contabilização e escrituração.

Finalmente, deve ainda salientar-se que a aplicação do diploma fará cessar a intervenção dos designados cofres do tesouro.

Por outro lado, o desenvolvimento normativo dos procedimentos necessários constará de portaria do ministro das Finanças, a qual mandará também emitir as indispensáveis instruções.

DEPUTADO CASIMIRO RAMOS

Finanças

REEQUACIONAR O IMPOSTO DE SELO

O Imposto de Selo, o mais antigo tributo do sistema fiscal português, está obsoleto e carece de urgentes reformulações para uma eficaz adaptação ao actual contexto nacional e comunitário.

Esta foi a ideia veiculada pela intervenção do deputado socialista Casimiro Ramos, realizada no debate parlamentar sobre a proposta de lei governamental que aprova o novo Código do Imposto de Selo, realizado no passado dia 24, na Assembleia da República.

«A evolução do Imposto do Selo e a sua situação actual mostra claramente que o seu Regulamento e Tabela, careciam de uma profunda revisão», reafirmou o parlamentar do PS, frisando que se impunha com urgência um «reequacionamento dos conceitos de forma a modernizar a sua própria filosofia, bem como da implementação de sistemas de controlo e gestão, a adoptar através de um adequado processo de informatização».

Segundo Casimiro Ramos, «a contribuição das receitas do Imposto do Selo para as finanças públicas também não pode ser menosprezada». É que, com uma receita na ordem dos 187 milhões de contos em 1998, o tributo em questão representa cerca de 8 por cento dos impostos indirectos e 4 por cento das receitas gerais do Estado, ou seja, é detentor de uma importância relativa comparável às receitas arrecadadas com o Imposto Automóvel e ao Imposto Sobre o Tabaco.

A efectuar-se uma reformulação do imposto do selo, sem prejuízo de se manter a técnica da incidência objectiva por remissão para uma Tabela, o deputado do GP/PS considera que a reforma a encetar deverá passar pela elaboração de legislação codificada, em que esteja prevista a incidência pessoal e territorial, as normas de liquidação e cobrança, as obrigações e garantias dos contribuintes, bem como ter em linha de conta a neutralidade possível, equiparando o tratamento fiscal das situações, cuja realidade económica seja idêntica.

«Deste modo, o Imposto do Selo na sua reformulação deverá ter em conta a

implementação de um regime que substitua o seu quadro legal, dotando-o de uma lei fundamentalmente actualizada, clara e coerente com a moderna técnica legislativa no domínio fiscal, mas sem que afecte na sua globalidade o encaixe orçamental que ao longo dos anos tem registado», afirmou. De encontro com estas ideias vem a proposta de lei do Executivo socialista, uma vez que pretende que a aplicação do Imposto de Selo esteja adaptada às realidades económico-sociais dos nossos dias, utilizando esta forma de tributação para rendimentos que não são tributados em sede de impostos sobre o rendimento ou do consumo.

«A proposta de Lei 250/VI, apresenta portanto uma reformulação do articulado e uma nova filosofia na Tabela Geral», disse Casimiro Ramos, esclarecendo que, em matéria de isenções, o diploma apresenta «uma sistematização adequada à estrutura do Código, eliminando isenções que não fazem sentido em virtude das alterações processadas no campo da incidência, ao mesmo tempo que, atendendo à realidade económico-social dos nossos dias, é proposto um novo conjunto de isenções, devidamente sistematizadas». No que respeita à Tabela Geral, o Governo propõe uma nova filosofia de aplicação, bem como uma nova codificação das verbas, apresentando ainda uma Tabela Geral em euros, a aplicar depois de 1 de Janeiro de 2002.

«Com a eliminação de um conjunto de artigos da actual tabela, que de facto apresentam um âmbito de incidência cuja tributação é obsoleta, burocratizante, e em muitos casos, de reduzida receita, o Governo propõe a esta Assembleia um novo Código do Imposto do Selo, que pela sua coerência, actualidade, urgência e modernidade, tem do Partido Socialista o reconhecimento, de que está a ser dado mais um passo importante na reestruturação do sistema fiscal Português, reunindo assim na nossa opinião, todas as condições para que esta Assembleia possa assumir de forma consciente as suas responsabilidades», concluiu Casimiro Ramos.

MARY RODRIGUES

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 1

A Assembleia da República reúne hoje, a partir das 15 horas, para debater quatro propostas de lei do Governo socialista.

O primeiro diploma em análise autoriza o Executivo a legislar sobre a alteração do Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas.

A segunda proposta prevê a revisão pelo Governo do Regime Jurídico dos Revisores Oficiais de Contas.

A autorização ao Executivo para aprovar os estatutos dos despachantes oficiais é fixada pelo terceiro diploma.

A quarta e última proposta de lei governamental em apreço autoriza o Executivo a aprovar o Estatuto Profissional dos Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Depois, a discussão conjunta dos deputados centrar-se-á nos projectos de lei socialista e do PSD, que fixam, respectivamente o apoio à aquisição de instrumentos musicais por bandas filarmónicas e outras formações musicais, e o apoio ao associativismo cultural popular.

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Obras públicas

CRESCIMENTO SEM PRECEDENTES



O deputado do PS José Junqueiro pôs no dia 17 a bancada laranja à beira de um ataque de nervos. O tiro saiu pela culatra ao PSD na sua interpelação sobre obras públicas. Porque «os números não mentem», o parlamentar do PS desmontou ao longo da sua intervenção toda a demagogia laranja.

Lembrando que a interpelação do PSD sobre obras públicas não poderia ter vindo em melhor altura, José Junqueiro referiu fazer sentido que, em final de legislatura, «seja possível avaliar a obra feita e comparar com o passado para ver se houve, sim ou não, evolução, no conteúdo e na forma».

Segundo o deputado da bancada socialista, tem particular acuidade a «valorização estratégica do território nacional, afirmando uma política de planeamento e equipamento do território em detrimento de uma política avulsa de obras públicas».

Política que, disse, permitiu «uma visão estratégica de longo prazo, perspectivando a valorização do território na base de redes intermodais» e «uma nova política de habitação dirigida à reinserção de pessoas e não exclusiva à produção de cimento armado», entre outras.

Neste contexto, referiu, foi possível, em

matéria social, «concretizar no período 96-98 a entrada em construção de 18.350 fogos, número 340 por cento superior ao realizado na anterior legislatura».

«Os números não mentem, mas mais importante que os números é o facto do esforço económico estar a ser dirigido ao bem-estar das pessoas, àquilo que socialmente constitui direito elementar: a habitação», disse.

Crescimento continuado do emprego

Esta realidade, sublinhou, «permite-nos associar uma outra essencial: a do crescimento continuado do emprego. Cresce, porque há mais investimento, e o facto de crescer estimula os rendimentos, a sua aplicação em bens essenciais e de bem-estar, anima o mercado».

«É assim na indústria de construção, na construção civil, como é também nas obras públicas», acrescentou.

Há, com efeito, «um crescimento sem precedentes nas obras públicas, o qual gera o crescimento continuado do emprego, permitindo deste modo combater o flagelo de cerca de meio milhão de desempregados com que o PSD brindou o País em geral e as famílias portuguesas em particular».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA NATALINA MOURA

Convenção

A ÁGUA COMO TRAÇO DE UNIÃO E COOPERAÇÃO



A deputada socialista Natalina Moura, «expert» em questões ambientais, fez no dia 25 de Junho uma intervenção na Assembleia da República tecendo rasgados elogios à convenção luso-espanhola sobre as águas assinada em 30 de Novembro pela ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, e a sua homóloga espanhola.

Numa intervenção em que ficou patente uma vez mais o seu domínio completo dos dossiers» ambientais, Natalina Moura referiu que a convenção luso-espanhola em apreço «é considerada uma convenção amiga do ambiente pois promove a protecção e qualidade das águas, quer superficiais quer subterrâneas, o que exige o controlo da poluição e implica a manutenção do regime de caudais compatíveis com a defesa dos ecossistemas, quer ribeirinhos quer estuarinos e outros ecossistemas associados».

Esta Convenção, sublinhou, «tem em causa os efeitos de risco, não só no que diz respeito à poluição, mas também no que concerne aos efeitos-surpresa quer das

cheias quer das secas».

Natalina Moura referiu que esta Convenção tem em conta diversas directivas comunitárias directamente relacionadas «com a qualidade das águas, controlo da poluição e protecção dos ecossistemas».

Convenção ambiciosa e abrangente

A deputada do PS sublinhou que se pode concluir «sem amargos de boca» que a referida Convenção «tida por muitos estudiosos da matéria e para nós também é mais ambiciosa, mais abrangente, mais moderna e actualizada».

Acrescentou que «a água unirá Portugal e Espanha, a "Hidro Diplomacia" como alguns trataram estas negociações imporá um estatuto de maior responsabilidade, de maior harmonia, de maior reconhecimento por ambas as partes da valia que está em jogo».

Com este acordo, salientou, «á água das bacias hidrográficas dos rios internacionais luso-espanhóis é um património colectivo, é direito dos cidadãos portugueses e espanhóis».

J. C. C. B.

DEPUTADA PAULA DUARTE

«A Escola e a Assembleia»

EDUCAR PARA A CIDADANIA

«Cravos de Abril De cheiro especial Um vaso de Democracia Neste canteiro que é Portugal! Se não fossem eles Os cravos da Revolução Hoje não serias dono Sequer, da tua opinião...»

Cláudia Oliveira
pequena grande deputada



A deputada socialista Paula Cristina Duarte saudou, no dia 24 de Junho, no Parlamento, o empenhamento do presidente da Assembleia da República na implementação da iniciativa «A Escola e a Assembleia», mais conhecida pelo «Parlamento Infantil».

A parlamentar do PS não hesitou em sugerir a Almeida Santos que no futuro seja providenciada a elaboração de um curto filme introdutório, mostrando aos jovens as belas imagens, as magníficas salas, as varandas ímpares, de que o povo português dispõe na sua casa, sobre o seu passado e presente.

«Por aqui passaram, nesta 2ª República, mulheres e homens virtuosos e competentes que com a sua inteligência e dedicação muito deram a Portugal; por aqui passaram – para só lembrar alguns, Adelino Amaro da Costa, Lino Lima, Francisco Sá Carneiro, Francisco Salgado Zenha - e é possível, recorrendo a filмотecas lembrá-los nesse curto filme que sensibilizaria a memória dos nossos jovens e os ajudaria a colmatar algum défice de informação por todos nós sentido na nossa juventude», realismo.

Fazendo votos para que na próxima legislatura iniciativas como o Parlamento Infantil se repitam, Paula Cristina Duarte considerou que «educar para a cidadania impõe à Assembleia da República abrir as suas portas ao exterior, reforçando os laços com a escola no reconhecimento de que a democracia faz apelo a uma cada vez maior participação cívica dos jovens». Passado quatro anos de governação socialista, a deputada do GP/PS afirmou ser

altura de fazer o balanço da interacção estreita entre a escola e o Parlamento. Assim, Paula Cristina Duarte lembrou as quatro sessões legislativas conduzidas por crianças e jovens, detendo-se particularmente na terceira reunião plenária dos pequenos grandes parlamentares, um debate onde foi votada a Carta dos Direitos e Deveres do Aluno.

Essa mesma terceira sessão ficou marcada pelo Jovete, o menino originário do coração do Kwito, mutilado por uma das tantas minas antipessoais que existem no solo angolano.

«Jovete sentiu aqui nesta Assembleia que é possível o diálogo entre os homens, ele que só conheceu a crueldade da guerra», lembrou, emocionada, a parlamentar socialista, aproveitando a oportunidade para recordar que «hoje estão certamente muitas crianças no Kosovo a passar momentos de angústia, ficando sem família, sem um tecto, completamente abandonadas e sem o calor humano que uma criança tanto necessita».

Este ano «A Escola e a Assembleia» na sua quarta sessão parlamentar teve como tema principal da ordem de trabalhos os 25 anos do 25 de Abril.

Nas muitas intervenções feitas pelos «minideputados» multiplicaram-se as referências ao valor da liberdade e à importância no desenvolvimento de uma escola que forma para a transmissão de valores. «A insegurança das escolas e a angústia de alguns jovens em relação a este grave problema, a participação dos jovens e em particular das mulheres na política, a transição da escola para a vida activa, o problema da circulação da droga nas escolas, os maus tratos na família e a falta de respeito dos pais pelos filhos foram entre outros os problemas e consequentemente as questões que mais relevância tiveram para estes pequenos parlamentares», disse Paula Cristina Duarte.

Considerando, por fim, o balanço da iniciativa «A Escola e a Assembleia» como «positivo», a deputada do GP/PS frisou que o Parlamento Infantil é uma mostra de que «a brincar se debatem coisas bem sérias».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOAQUIM SARMENTO

Poder Central

SINAIS DE MUDANÇA PARA COM LAMEGO



«Quanta chicana política e inócua polémica substitui e esmagou o desejo inquieto da busca da verdade de cada um de nós?», perguntou o deputado so-

cialista Joaquim Sarmento, na intervenção que efectuou no dia 24, na Assembleia da República.

Numa intervenção centrada na problemática do desenvolvimento do interior do País, e em particular de Lamego, Joaquim Sarmento perguntou: «Onde está o debate sobre o futuro das ideologias, sobre a responsabilidade dos intelectuais, num tempo de equilíbrio instável entre o amor e o ódio, entre a liberdade e a tirania, entre a civilização e a barbárie?»

Nessas coisas de serem, acrescentou, «colocaria, igualmente, os crescentes desequilíbrios entre o litoral e o interior do País. Não pretendo escarpelizar esta temática, mas apenas exemplificá-la, sem me afastar do pensamento enunciado».

«Pertengo a um espaço geográfico do interior, que constitui verdadeira paisagem cultural, por onde se espraia esse rio de sonhos e de lendas, o Rio Douro. No coração desse espaço, situa-se Lamego, cidade que é o centro urbano dum dos mais velhos bispados, mas que é também a única cidade do País, que sendo capital de uma diocese, não é simultaneamente capital de distrito», disse.

Confessou que há «algum fatalismo» a perseguir a sua terra, «até parecendo que os Deuses lhe subtraíram a bússola histórica, na forma, como forjou algumas das opções que teve que enfrentar na rota do seu destino».

Joaquim Sarmento recordou que «sucessivos governos centralistas do Estado Novo e até do regime democrático ostracizaram sucessivamente Lamego, os seus líderes locais e a sua massa crítica», salientando que «durante o período de 1989 a 1995, lapso de tempo que coincide com uma gestão socialista local, o Governo Central de Cavaco Silva olhou com olímpica indiferença o conceito de Lamego, nele nada tendo investido». No entanto, e em contraponto, referiu que

«seria injusto não referenciar desta tribuna alguns sinais de mudança do actual Poder Central para com Lamego».

Assim, considerou que «a recente abertura do concurso para o projecto do novo Hospital de Lamego e a assinatura do protocolo entre o Ministério e a Autarquia, celebrado no dia 17 do corrente mês é um desses sinais», acrescentando que «a construção do novo Hospital constitui um investimento de crucial importância para o futuro do desenvolvimento de Lamego e todo o espaço regional envolvente, no que representará em termos de equidade para os 120 mil utentes que o mesmo servirá e para os profissionais que nele trabalharão».

A concretizar-se tal investimento, frisou, o que poderá acontecer no lapso de três anos, representará o mesmo para Lamego «o maior investimento aí realizado nos últimos 50 anos».

«Tal constatação, se expressa, por um lado, um motivo de esperança, por outro lado consubstancia de forma eloquente, quão fustigado e abandonado tem sido o interior do País, pelo que o relevo de tal investimento coloca a nu quão profundo é ainda o desnível entre o litoral e o interior», disse.

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Joaquim Sarmento chamou ainda a atenção para o processo de autonomização orgânica da futura Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, aprovada recentemente em Conselho de Ministros e que representará «um projecto de ensino superior público consistente, criando excelentes oportunidades para a fixação de jovens e docentes da região».

Existem ainda, em perspectiva, disse, investimentos de vulto, como a criação duma escola de Hotelaria e da pousada de Vale Abraão, entre outros.

«Não atravessamos ainda o Rubicão, mas existem alguns sinais que expressam um novo olhar do Poder Central e do seu primeiro-ministro, António Guterres, para com Lamego», disse.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO PAULO NEVES

Caso JAE

URGENTE ESCLARECER



O deputado socialista Paulo Neves apresentou, no passado dia 19 de Junho, um requerimento à mesa da Assembleia da República em que

questionava o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território sobre a eventual participação da JAE em desvios legais.

«Por forma a esclarecer a actuação da

Administração, especificamente da Junta Autónoma de Estradas e o seu envolvimento em anos coincidentes com as eleições para os órgãos de soberania da República, assim como a criação de falsas expectativas ao mercado de obras públicas, aos agentes económicos privados e às populações beneficiárias de uma actuação e intervenção pública na área de construção de novas estradas», Paulo Neves pediu informações «com a máxima

urgência» a João Cravinho sobre se em 1995 foram publicados na imprensa regional, a pedido e com custos suportados pela JAE, anúncios referentes à abertura de concursos públicos que nunca se vieram a realizar.

O parlamentar do PS também deseja ser esclarecido no que toca à veracidade da alegação de que algumas obras de construção de lanços do IP2 se encontram no caso acima referido.

«A indicação dos responsáveis na Junta Autónoma de Estradas e na tutela com poderes para a abertura destes concursos e as eventuais diligências tomadas no apuramento da justificação para esta actuação que indica a utilização dos serviços públicos para que através da sua acção se retire dividendos político-eleitorais» foi o terceiro ponto em que o deputado do GP/PS solicitou um resposta «elucidativa» a Cravinho.

M.R.

MARIANO GAGO DEFENDE REFORÇO DA COOPERAÇÃO

O ministro português da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, defendeu no passado dia 16 o aumento do intercâmbio científico com a China e o «papel privilegiado» de Macau na cooperação entre a União Europeia e aquele país.

«Durante a presidência portuguesa da UE (no primeiro semestre do ano 2000), o aumento da participação de centros científicos chineses no programa de investigação europeu será considerado por Portugal um assunto prioritário», disse Mariano Gago.

O ministro português falava na inauguração do Centro China-Portugal da História das Ciências, organismo criado há um ano no âmbito do acordo de cooperação científica e tecnológica luso-chines.

«A partir de agora, a cooperação científica entre Portugal e a China tem uma casa», disse Mariano Gago.

A casa, cuja inauguração contou também com a presença da ministra chinesa da Ciência e Tecnologia, Zhu Lilan, é um pavilhão restaurado de um palácio da última dinastia imperial chinesa, no centro de Pequim.

O procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, e o embaixador português na China, Pedro Catarino, assistiram igualmente à cerimónia.

«Este centro visa comemorar uma relação científica entre a Europa e a China



que marcou os destinos da Humanidade», disse o ministro português.

Mariano Gago referia-se aos missionários europeus, entre os quais mais de 300 portugueses, que viveram na China nos séculos XVII e XVIII e que deram um importante contributo para o desenvolvimento da ciência naquele país.

«Durante mais de 200 anos, missionários, astrónomos e cartógrafos portugueses e outras nacionalidades difundiram na China a cultura científica europeia, trabalhando lado a lado com cientistas chineses», disse.

Uma das principais áreas dessa primeira cooperação científica entre a Europa e a China foi o antigo Observatório Astronómico de Pequim, um monumento que, segundo Mariano Gago, «deveria ser considerado Património da Humanidade».

De acordo com a Declaração Conjunta assinada por Mariano Gago e Zhu Lilan, o novo centro «será um importante polo» para os historiadores dos dois países, nomeadamente para «o estudo do papel da cooperação internacional no desenvolvimento científico».

Portugal e China concordaram também criar um grupo de trabalho para estudar o «estratégico potencial» do sistema científico-tecnológico de Macau, território que em 20 de Dezembro passará para a administração chinesa.

«Foi decidido que Macau teria um papel privilegiado nas relações entre Portugal, União Europeia e China no campo da cooperação científica e tecnológica», precisou Mariano Gago.

Após a inauguração do centro, o ministro português da Ciência e Tecnologia seguiu para Macau.

PROCEDIMENTOS DE HOMOLOGAÇÃO DE MILHO TRANSGÉNICO

Estão suspensos os procedimentos de homologação de espécies de milho transgénico.

A decisão foi tomada recentemente pela Comissão Europeia e surge na sequência da publicação de um estudo sobre eventuais efeitos fatais do seu pólen sobre as borboletas «monarca», informou um porta-voz.

«Não pensamos que exista um perigo imediato, mas preferimos aplicar o princípio da precaução», declarou o porta-voz da Comissão Europeia, Peter Jorgensen.

A UE já autorizou a cultura de duas espécies de milho transgénicas pelas empresas Monsanto e Novartis. Mas, segundo o porta-voz, por enquanto existem ainda poucos campos semeados com aquelas variedades.

De acordo com a mesma fonte, não foi tomada qualquer medida quanto às duas variedades autorizadas.



«Não queremos tirar conclusões antecipadas», disse o porta-voz indicando que se aguarda os resultados dos estudos efectuados no quadro dos comités científicos da UE.

«O estudo divulgado pela publicação norte-americana *Nature* foi realizado em condições de laboratório e não ao ar livre», sublinhou ainda Jorgensen.

Segundo a revista *Nature*, investigadores norte-americanos observaram que as lagartas de borboletas «monarca» alimentadas com uma variedade de milho geneticamente modificada, a «BT-Corn», desenvolvem-se mais lentamente e muitas morrem.

Durante as mesmas investigações, o cientista John Losey, da Universidade de Cornell de Nova Iorque, verificou que as borboletas da mesma espécie morrem envenenadas com o pólen do «BT-Corn». Esta variedade de milho transgénica plan-

tada em larga escala nos Estados Unidos, que produz o seu próprio insecticida para matar possíveis pestes, provou ser um grande sucesso comercial da indústria de colheitas geneticamente modificadas.

A mesma toxina produzida por esta espécie de milho transgénico está a ser usada em plantas de batata e algodão para combater as pestes.

Em experiências laboratoriais com «BT-Corn», os cientistas verificaram que quase metade das borboletas «monarca» que comeram folhas cobertas com o referido pólen adoeceu e morreu.

Quarenta e quatro por cento das lagartas daquela borboleta que se alimentaram de folhas cobertas do mesmo pólen morreram três dias depois.

Mesmo assim, os cientistas afirmam que é necessário efectuar mais investigações para determinar com exactidão as vantagens e riscos do novo produto.

ENCETAR NOVA MENTALIDADE

O Plano Nacional de Emprego (PNE) 1999, apresentado, no dia 25 de Junho, em Lisboa, perspectiva a estabilização da taxa de desemprego abaixo dos 5 por cento no final deste ano e fixa metas ao nível do emprego, com um aumento previsto de 0,7 por cento.

Para já e do ponto de vista financeiro, encontram-se orçamentados em termos de políticas activas de emprego e promoção da qualificação dos recursos humanos 217 milhões de contos.

As informações foram divulgadas durante a conferência para apresentação pública do PNE 1999, que decorreu no Grande Auditório da FIL e foi presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres, contando com a presença do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues.

O reforço das políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um dos objectivos do Plano, no âmbito do qual o Governo socialista decidiu atribuir «majorações sistemáticas das medidas de apoio ao emprego nas profissões significativamente marcadas por discriminações de género».

Para proporcionar «um quadro de referências» à aplicação da medida, é incluída no PNE uma «lista nacional de profissões significativamente marcadas por discriminações de género», cuja primeira profissão referida é a de maquinistas de locomotivas, ocupada a 100 por cento por homens.

Na conferência, o chefe do Executivo garantiu que «Portugal não desistirá de manter uma posição liderante na procura da condução de uma política europeia em favor do emprego», dando continuidade ao bom trabalho feito a nível nacional. Recorde-se que no primeiro trimestre de 1999 a criação líquida de emprego no Continente face ao período homólogo de 1998 foi de cerca de 110 mil empregos. O emprego feminino cresceu 3,3 por cento, enquanto o trabalho por conta de outrem aumentou 4,1 por cento, com crescimento de 2,2 por cento dos contratos permanentes.

Por seu turno, o desemprego caiu 18,4 por cento face ao trimestre homólogo. A taxa de desemprego situa-se nos 4,8 por cento, menos 1,1 por cento que no primeiro trimestre de 1998.

O desemprego feminino baixou face ao trimestre homólogo (menos 21 por cento), tal como o juvenil (menos 17,1 por cento) e o DLD, que caiu para os 33,7 por cento.

O desemprego registado também desceu (menos 9,9 por cento em termos homólogos) e há 29 meses que o número de inscritos tem descido, o que faz com que tenhamos os valores mais baixos desde 1993.

Apesar de um quadro manifesta e inequivelmente positivo da evolução do mercado de emprego, o primeiro-ministro apro-

Indicadores Gerais do Comportamento do Mercado de Emprego

CONTINENTE	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998*
TAXA DE ACTIVIDADE							
Total	48,4	48,2	48,8	48,6	48,9	49,5	50,4
Masculino	56,3	55,4	55,8	55,4	55,6	56,6	57,2
Feminino	41,3	41,5	42,3	42,4	42,7	43,0	44,0
de 15 a 24 anos	50,1	46,3	44,4	42,5	42,7	44,7	47,8
Masculino	53,6	48,8	47,0	45,7	46,2	48,2	50,4
Feminino	46,5	43,6	41,7	39,1	39,0	41,1	45,2
> 54 anos	28,9	28,1	29,5	29,2	30,0	30,3	32,0
Masculino	40,8	39,8	41,4	40,3	40,9	40,9	42,7
Feminino	19,7	18,9	20,1	20,2	21,3	21,9	23,6
TAXA DE EMPREGO							
Total	68,3	66,7	65,8	65,3	66,1	67,9	70,5
Masculino	79,5	77,2	75,6	74,3	75,2	76,8	79,7
Feminino	57,9	57,1	56,7	56,9	57,5	59,5	61,6
de 15 a 24 anos	45,1	40,4	37,9	35,6	35,6	38,1	42,9
Masculino	48,9	43,5	40,8	38,9	39,5	42,5	46,3
Feminino	41,2	37,2	34,8	32,2	31,4	33,4	39,5
> 54 anos	28,5	27,4	28,5	28,3	29,0	29,1	31,2
Masculino	39,9	38,5	39,7	38,8	39,3	39,1	41,6
Feminino	19,5	18,6	19,7	19,8	20,7	21,3	23,1
TAXA DE DESEMPREGO							
Total	4,1	5,5	6,8	7,2	7,3	6,7	5,0
Masculino	3,5	4,7	6,0	6,4	6,5	6,1	4,0
Feminino	4,9	6,5	7,8	8,0	8,2	7,6	6,2
de 15 a 24 anos	9,9	12,7	14,7	16,1	16,7	14,8	10,3
Masculino	8,6	10,9	13,2	14,9	14,5	11,7	8,2
Feminino	11,4	14,8	16,5	17,8	19,4	18,7	12,6
>54 anos	1,6	2,7	3,2	3,1	3,5	3,7	2,3
Masculino	2,1	3,3	4,1	3,7	4,0	4,5	2,6
Feminino	0,8	1,8	1,9	2,1	2,7	2,4	2,0
% DE JOVEM / DESEMPREGO TOTAL							
Total	40,5	36,4	33,1	32,9	33,0	31,3	31,3
Masculino	40,4	35,7	33,0	34,3	33,1	27,8	30,5
Feminino	40,6	37,1	33,1	31,8	32,8	34,7	31,9
% DE ADULTOS (>54) / DESEMPREGO TOTAL							
Total	5,8	7,5	7,6	7,0	8,3	9,9	7,6
Masculino	9,9	12,0	12,2	10,5	11,8	14,8	11,2
Feminino	2,2	3,5	3,2	3,6	5,0	5,2	4,8
% DE DLD (1)/POPULAÇÃO ACTIVA							
Total	1,1	1,6	2,3	2,8	3,0	2,9	2,1
Masculino	0,8	1,3	2,0	2,5	2,7	2,6	1,7
Feminino	1,4	2,0	2,8	3,2	3,5	3,3	2,7
de 15 a 24 anos	1,7	2,5	3,6	4,3	4,5	3,7	2,7
Masculino	1,5	1,7	3,0	3,9	4,0	2,8	2,1
Feminino	2,1	3,3	4,3	4,8	5,0	4,9	3,4
>54 anos	0,6	1,2	1,6	1,6	2,0	2,3	1,4
Masculino	0,9	1,5	2,1	2,0	2,5	2,8	1,6
Feminino	0,2	0,7	0,9	0,9	1,3	1,5	1,1
% DE DLD (1)/DESEMPREGO TOTAL							
Total	25,9	29,3	34,2	39,3	42,0	43,6	42,5
Masculino	23,6	27,3	32,9	38,2	41,3	43,1	42,1
Feminino	28,1	31,1	35,4	40,5	42,7	44,1	42,9
de 15 a 24 anos	17,4	19,3	24,6	26,8	26,8	25,2	26,2
Masculino	17,2	15,7	23,1	26,0	27,6	23,7	25,7
Feminino	18,2	22,0	26,0	26,9	25,6	26,2	26,6
>54 anos	39,0	44,4	50,0	51,3	58,1	62,2	60,5
Masculino	43,1	46,8	50,5	53,8	63,4	61,6	63,8
Feminino	21,6	37,0	49,0	42,7	46,5	62,7	54,4
% DE MULHERES/DESEMPREGO TOTAL							
Total	53,0	53,2	51,6	50,7	51,2	50,9	56,4
de 15 a 24 anos	53,1	54,1	51,7	49,0	51,1	56,4	57,4
> 54 anos	20,2	24,7	22,0	25,9	30,7	26,7	35,8

Fonte INE(IE) Nota (*) - Variações homólogas de acordo com a metodologia da série IE-98. (1) - Inclui os desempregados há mais de 1 ano.

veitou a ocasião para alertar para algumas dificuldades no futuro. É que Portugal conseguiu manter uma política de crescimento económico e de crescimento do emprego numa fase de abrandamento da economia europeia, mas isto não é sustentável a longo prazo. «Não tenhamos ilusões: um País de dez milhões de habitantes e de economia aberta não tem qualquer hipótese de sustentar a prazo o seu desenvolvimento e emprego se a Europa não fizer o mesmo e a Europa só o pode fazer coordenando as suas políticas económicas», declarou. António Guterres lembrou que estão a ser dados «os primeiros passos nesse sentido», e que a recente Cimeira de Berlim apontou para um pacto europeu de emprego baseado na coordenação das políticas macroeconómicas.

Lembrando o choque que teve ao verificar no I Conselho Europeu de Madrid que à menção do emprego no comunicado final não correspondia qualquer medida ou preocupação organizada e o facto de ter salientado isso mesmo, procurando despertar o Conselho para a acuidade do problema, o governante destacou a especial responsabilidade portuguesa nesta matéria.

«Ficou definido que durante a Presidência Portuguesa da UE iríamos fazer uma cimeira extraordinária em que procuraríamos, pela primeira vez, avaliar globalmente os diversos processos em curso nesta área, desde o das políticas activas de emprego, ao processo dito de Cardiff, das reformas económicas, até à preocupação com a coordenação das políticas económicas manifestada em Berlim», explicou.

Diploma para escolaridade obrigatória

Para o chefe do Governo PS, o emprego não é apenas um problema económico-social, mas sim uma questão central de cidadania».

Guterres fez questão de salientar que no início do presente período governativo a perspectiva que havia era de crescimento do desemprego e que perante ela e a necessidade de, simultaneamente, cumprir os critérios da moeda única se colocou a opção de apostar ou não no crescimento.

A decisão do Executivo, apesar dos desafios que comportavam ambas as alternativas, a longo prazo, passou pelo esforço árduo e bem sucedido no sentido de fomentar o crescimento.

Para combater «aquilo que vai ser uma forma de exclusão social no futuro», está a ser preparada pelos ministérios da Educação, Ciência e Trabalho a criação de um diploma de competência informática base, adiantou António Guterres.

Assim, até ao ano 2003 todos os que saírem da escolaridade obrigatória terão esse diploma, o qual será também asso-

ciado a muitos dos cursos de formação profissional, explicou.

No final do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), todos os jovens até aos 18 anos «terão acesso ao ensino secundário, à formação profissional ou, se estiverem empregados, a uma forma de trabalho que também permita a obtenção de uma qualificação profissional», referiu igualmente.

O primeiro-ministro disse ainda que a formação de jovens nas empresas em sistema de aprendizagem vai passar de 11 mil jovens por ano no período do actual QCA para 25 mil jovens por ano, na vigência do próximo, enquanto que o programa de Formação Contínua nas Empresas vai passar, no mesmo período, de 55 mil para 120 mil formandos/ano.



«O Plano Nacional de Emprego inclui ainda o lançamento do Programa Sub-21, que visa garantir a todos os jovens até aos 20 anos inscritos nos centros de emprego uma oportunidade de formação», acrescentou.

O Plano Nacional de Emprego inclui também a Iniciativa Reage DLD, que visa alargar as perspectivas de inserção sócio-profissional dos desempregados de longa duração.

Na apresentação pública do PNE 1999, falaram também Ferro Rodrigues, que deu início aos trabalhos, e os professores João Ferreira do Amaral e José Manuel Henriques, os quais destacaram o papel do primeiro-ministro para que tenha mudado a atitude da Europa face ao emprego.

MARY RODRIGUES

Plano Nacional de Emprego 1999 – Sumário

O Plano Nacional de Emprego 1999 incorpora uma revisão do PNE aprovado em 1998, na sequência do lançamento da estratégia europeia para o emprego, bem como uma avaliação do seu desenvolvimento.

Tendo sido cumpridas as metas quantificadas definidas a nível europeu e nacional, bem como para a implementação, desde já, de cerca de metade das novas medidas programadas para o período de cinco anos.

O PNE 1999, adaptando à realidade nacional as novas directrizes para o emprego aprovadas na Cimeira de Viena, prevê um conjunto de novas iniciativas, designadamente:

- Dando seguimento à metodologia de

abordagem precoce ao desemprego, que visa assegurar novas oportunidades aos Jovens (Iniciativa Insejovem) e aos adultos desempregados (Iniciativa Reage) antes de atingirem, respectivamente, os 6 e os 12 meses de desemprego, até final de 1999, cerca de 70 por cento da população residente no continente será abrangida. Para o efeito, serão lançadas dez novas Redes Regionais para o Emprego, que vão abranger mais 48 por cento do total da população residente, perfazendo 70 por cento da população.

No final de 2000 todos os jovens, antes de completarem seis meses de desemprego e todos os adultos antes de completarem 12 meses terão novas oportunidades, antecipando em dois anos as metas europeias.

- Lançamento da Iniciativa Reage DLD, de modo a que, até ao final de 2002, todos os desempregados de longa duração inscritos nos serviços públicos de emprego tenham uma nova oportunidade para a reinserção no mercado de trabalho.

No Alentejo, e no quadro do Plano Regional para o Emprego, este objectivo será cumprido até ao final de 1999.

- Lançamento do Programa Sub-21. Trata-se de uma iniciativa que visa garantir a todos os jovens até aos 20 anos inscritos nos centros de emprego, nomeadamente aqueles que não concluíram os nove anos de escolaridade, uma oportunidade de formação.

Neste sentido, a rede de centros IEFP as-

sume o compromisso de contactar de forma sistemática e nos meses de Março e Setembro, todos os jovens inscritos oferecendo-lhes uma resposta formativa, a concretizar no espaço de 4 meses.

- Majoração sistemática das medidas de apoio ao emprego nas profissões significativamente marcadas por discriminações de género.

Tendo em vista proporcionar um quadro de referência à aplicação de majorações de incentivos no âmbito das políticas activas de emprego foi adoptada uma lista nacional de profissões significativamente marcadas por discriminações de género.

CULTURA

Balanço

RUPTURA COM O PASSADO

O balanço da actividade do Ministério da Cultura (MC) entre 1995 e 1999 foi feito, no passado dia 22 em Lisboa, pelo titular da pasta, Manuel Maria Carrilho.

O destaque foi para a preservação das gravuras rupestres do Côa como um exemplo paradigmático do «corte» com a política cultural anterior.

Falando perante mais de duas centenas de personalidades do sector, desde agentes culturais a criadores, no Centro Cultural de Belém, o ministro observou que a presença desta audiência «é uma prova de empenho, independentemente de opções partidárias».

Eduardo Prado Coelho, Maria Velho da Costa, António Pinho Vargas, Maria do Céu Guerra, Pedro Burmester, Fernanda Fragateiro, Catarina Furtado, Jorge Silva Melo, Luís de Matos, António Feio, João Perry, Luís Miguel Cintra e José Pedro Gomes foram alguns dos artistas e es-

critores que responderam ao convite do governante.

Também presentes estavam os presidentes das câmaras de Castelo Branco, Joaquim Mourinho, de Viseu, Fernando Ruas, e de Santarém, José Miguel Noras.

Aos convidados distribuiu uma brochura com a «obra feita» pelo MC ao longo dos quatro anos de legislatura nas áreas que desde o início abraçou como causas: livro e leitura, património, criação, descentralização e internacionalização da cultura.

Salientando que a sua filosofia à frente do Ministério da Cultura cortou também com «uma certa concepção de cultura ornamental, decorativa e frívola» e com o «a posição de marginalidade que detinha no Governo», o ministro ressaltou que «ainda há muito para fazer».

«Temos de assumir que ainda há parâmetros mínimos europeus que estamos longe de atingir, mas temos de

os fixar», comentou Manuel Maria Carrilho.

Quanto ao aspecto económico, o ministro manteve a «recusa em entregar a cultura a uma pura lógica de mercado» e defendeu um «intervencionismo abrangente, mas prudente, apoiando sem condicionar, estimulando sem orientar».

No debate que se seguiu foram feitas várias intervenções, nomeadamente de José Miguel Noras, presidente da Câmara Municipal de Santarém e da Associação de Municípios com Centro Histórico, que elogiou o trabalho do MC, que resultou numa «reconciliação da sociedade com o património».

Vasco Teixeira, vice-presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), falou dos acontecimentos mais marcantes nestes últimos quatro anos para o sector que representa.

«A lei do preço fixo para o livro, que veio

trazer alguma tranquilidade às livrarias, Portugal como país-tema na Feira de Frankfurt e o Prémio Nobel da Literatura para José Saramago» foram assinalados pelo responsável.

Vasco Teixeira observou a necessidade de divulgar o livro e a leitura sobretudo entre os mais jovens.

«Somos um País quente, mas temos uma taxa de horas passadas de televisão muito superior à dos países frios, em que se passa mais tempo em casa», comentou. João Ventura, delegado regional do MC no Algarve, destacou a criação das redes de equipamentos no País neste sector, nomeadamente de Cine-Teatros, de Leitura Pública e de Museus.

«Deve-se continuar a apostar nestas redes, pois são já uma realidade muito forte de partilha, informação e acção cultural», referiu, salientando igualmente a necessidade de «revitalizar as delegações regionais da cultura».

AGRICULTURA

Carne de bovino portuguesa

EVENTUAL PROLONGAMENTO DO EMBARGO

A pós ter sido decretado o embargo, deslocou-se a Portugal, de 22 de Fevereiro a 3 de Março de 1999, uma missão de inspecção da União Europeia cujo relatório, dado a conhecer cerca de um mês e meio depois, veio a revelar-se positivo para Portugal, sugerindo inclusivamente o levantamento do embargo à exportação, sob certas condições, dos touros de Lide. Uma segunda missão esteve em Portugal de 14 a 19 de Junho de 1999, sendo nossa convicção, pelos comentários dos técnicos que a integraram, que a apreciação será tanto ou mais positiva que a primeira. Uma nova missão só voltará a Portugal dentro de aproximadamente um ano. Os contactos informais com os serviços da comissão ao longo dos últimos meses têm permitido constatar a apreciação positiva que os mesmos fazem ao esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelas autoridades portuguesas no combate à BSE. O Governo português foi surpreendido em 23 Junho de 1999 com a informação transmitida pela REPER, que se mostrou igualmente perplexa, de que o comissário responsável pelo pelouro da agricultura, sem qualquer discussão ao nível dos gabinetes dos demais comissário e antes de ter tido conhecimento do relatórios da 2ª mis-



são que se deslocou a Portugal, iria apresentar ao Colégio de Comissários, em 1 de Julho de 1999, uma proposta de decisão segundo a qual:
 - Seria levantado o embargo aos touros de Lide, em certas condições
 - Seria autorizada a expedição de farinhas de carne e ossos para incineração fora do país mas, simultaneamente:
 - Proporia a continuação do embargo à carne de bovino para além de 31 de Julho

de 1999. As justificações para este procedimento assentariam essencialmente na alteração do critério de classificação dos países com incidência de BES aprovado pela OIE (Organização Internacional das Epizootias) em reunião realizada em 21 de Maio de 1999, segundo o os «países de alta incidência de BSE» passarão a ser os que registem mais de 100 casos positivos por milhões de animais com mais de 2 anos de idade

nos últimos 12 meses, contrariamente ao número de 200 que até então vigorava. Em Portugal nos últimos 12 meses este rácio foi de 174,5. Portugal reclamou aquando do embargo, e para o evitar, a aplicação deste critério não tendo então o comissário responsável pelo pelouro da agricultura aceita utilizá-la para condicionar a decisão que veio a ser aplicada a Portugal. Portugal, para além de ser, um dos muitos poucos países da UE que proíbe a interdição de farinha de carne e ossos nas rações para todas as espécies animais, é igualmente pioneiro na retirada da cadeia alimentar humana e animal dos denominados «materiais de risco» não só de bovinos mas igualmente de ovinos e de caprinos. As autoridades portuguesas decidiram ainda pôr em execução, com seis meses de avanço sobre os demais Estados-membros, o novo sistema de identificação e registo de bovinos, para além de manter inspecções permanentes em todos os matadouros e fábricas de transformação de sub-productos. Recordar-se ainda que desde o início da aplicação do plano reforçado de combate à BSE foram encerrados 35 matadouros e 44 salas de abate.

INFRA-ESTRUTURAS

Porto de Sines

VÃO SER INVESTIDOS 45 MILHÕES NO TERMINAL XXI

A Administração do Porto de Sines e a PSA Corporation, de Singapura, vão investir 45,7 milhões de contos no desenvolvimento do Terminal XXI, que entrará em exploração em 2003. O negócio permite a Sines tornar-se o maior «transshipment» de contentores na região do Atlântico e do Mediterrâneo Ocidental. Com a presença do primeiro-ministro, António Guterres, do ministro do Equipamento, João Cravinho, e do secretário de Estado Consiglieri Pedroso, o acordo de princípios para o planeamento, desenvolvimento, gestão e operação do Terminal XXI foi assinado no dia 28 pelos presidentes da Administração do Porto de Sines e do Grupo PSA Corporation. Recorde-se que o processo de instalação em Sines de um terminal de «transshipment» de contentores teve início em 1997, patrocinado pelo secretário de Estado Adjunto do ministro do Equipamento, Consiglieri Pedroso, tendo sido contactados 25 potenciais investidores.

800 empregos em 2015

A implantação do Terminal XXI vai criar 150



postos de trabalho, no arranque, prevenindo-se que estes atinjam um total de 350 em 2006, 500 em 2010 e 800 em 2015. O terminal será desenvolvido em duas fases, no período de 1999 a 2015, representando a primeira um investimento de 26,3 milhões de contos (1999-2006) e a segunda de 19,4 milhões de contos (2007-2015), cada uma das quais subdividida em outras duas fases.

Características mínimas acordadas para o Terminal XXI

Características	Fase 1		Fase 2		Fase 1+
	Fase 1.A	Fase 1.B	Fase 2.A	Fase 2.B	Fase 2
Cais (metros)	320	550	750	940	940
Terraplano (ha)	13,5	11	6,5	6,5	36,4
Gruas de cais	2	5	7	9/10	9/10
Quebra-mar (m)	700	1.050	1.350	-	1.350
Capacidade (TEUs)	250.000	600.000	900.000	1.320.000	1.320.000
Emprego	150	350	500	800	800
Início exploração	2003	2006/7	2010	2015	-
Investimento (milhões US\$)					
Infra-estruturas					
E superestruturas	36,1	12,6	30,0	14,4	93,1
Equipamento	14,1	21,1	17,2	25,9	78,3
Quebra-mar e Acessos	32,9	18,8	12,5	-	64,2
Total	83,1	52,5	59,7	40,3	235,6
	135,6		100,0		



Albufeira

Câmara aposta na promoção turística

Desde o passado dia 28 de Junho e até ao próximo dia 11 de Julho, a Câmara Municipal de Albufeira participa num programa de animação, juntamente com a Região de Turismo do Algarve, no aeroporto de Faro.

A autarquia está a distribuir folhetos de divulgação turística, doces e bebidas regionais.



Cascais

Nova escola primária

A paixão pela educação está ao rubro em Cascais. José Luís Judas comunga com António Guterres da paixão pela educação. É nesse contexto que a Câmara Municipal de Cascais tem lançado uma série de iniciativas nesta área, a última das quais é o lançamento do processo de construção, orçado em mais de cem mil contos, da nova escola do 1º ciclo do ensino básico no Bairro de S. José, beneficiando cerca de 100 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos.



Este novo estabelecimento de ensino no concelho de Cascais terá todos os equipamentos desportivos e sociais, ao contrário das escolas construídas no tempo do cavaquismo.

Ocupando uma área de mais de dois mil metros quadrados, a nova escola albergará quatro salas de aula, refeitório, biblioteca e espaço polivalente, campo desportivo exterior e espaço de diversão.

Faro

VI Festival de Folclore Infantil

A tradição ainda é o que era em Faro. No âmbito da sua política cultural, a Câmara Municipal organizou no passado dia 25, à noite, na Docca de Faro, o VI Festival de Folclore Infantil de Faro.

Participaram cerca de 20 ranchos folclóricos infantis.

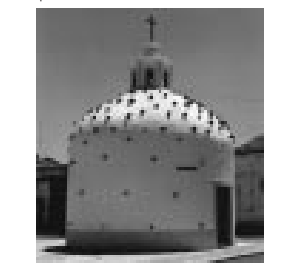


Ferreira do Alentejo

Inauguração do Pavilhão dos Desportos

A população de Ferreira do Alentejo compareceu em peso no dia 30 de Junho à inauguração do Pavilhão dos Desportos.

A cerimónia contou com a presença do secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme de Oliveira Martins. É mais uma grande obra da autarquia presidida pelo socialista Luís Ameixa.



Portimão

Facilitadas reparações em casa própria

A Câmara de Portimão, em colaboração com o Instituto Nacional de Habitação (INH), lançou um programa para facilitar o acesso aos empréstimos bancários, sem juros, para obras de conservação e beneficiação de casa própria.

Trata-se do programa «Solarh», destinado a idosos e a pessoas de fracos recursos económicos, que podem contrair empréstimos para aquele fim, sem juros, até ao limite de dois mil contos.

Segundo a autarquia, o programa tem como

principais objectivos criar condições para o alargamento do mercado de obras de reparação em habitações, permitindo aos munícipes o acesso a empréstimos livres de juros e encargos bancários.



Porto

Câmara quer conhecer a população dos bairros sociais

A Câmara do Porto está a realizar inquéritos sobre as condições de vida e as características socioeconómicas dos moradores dos seus 13 mil fogos sociais.

Maria José Azevedo, vereadora da Habitação e da Acção Social, adiantou que os inquéritos, que abarcarão os 42 bairros sociais da Câmara do Porto, foram já testados no Cerco, com a realização de quase 700 consultas.



Um dos inquéritos, anónimo e baseado numa amostragem representativa dos milhares de famílias dos bairros, visa recolher tomadas de posições pessoais dos moradores e procurará recolher um quadro socioeconómico fiel da realidade daqueles núcleos habitacionais.

Segundo Maria José Azevedo, o estudo recolherá dados sobre temas tão diversos como as antigas condições de alojamento dos inquiridos, o seu grau de satisfação em relação a casa que habitam e a localização do bairro, a existência ou não de transportes públicos, avaliação do estatuto cultural e social da comunidade, ocupação de tempos livres, nível literário, formação profissional e tipo de emprego.

O objectivo deste estudo é, segundo a vereadora, constituir uma base de dados sobre a população dos bairros «não só para eliminar certos estereótipos baseados em imagens incorrectas sobre a realidade dos bairros como também para permitir uma

gestão mais equilibrada e eficaz do parque habitacional da câmara».

O segundo inquérito, que abarcará em sistema de porta-a-porta todas as 13 mil habitações sociais do Porto, visa recolher dados sobre a taxa de cobertura dos equipamentos sociais, culturais e desportivos, a qualidade dos blocos e dos bairros e, em particular, sobre a localização dos idosos.

«Não queremos comemorar o Ano Internacional do Idoso com medidas efémeras mas com acções que possam melhorar o seu nível de vida. Para tal, temos de saber onde eles se localizam e quais as suas principais necessidades», referiu Maria José Azevedo.

Melhorar o nível de vida

As medidas a adoptar posteriormente poderão passar pelo incremento do apoio domiciliário e pela instalação de famílias mais jovens nos bairros onde se concentre de forma maioritária uma população idosa.

O objectivo deste segundo inquérito é, segundo a vereadora, «cruzar as opiniões da população dos bairros com as dos técnicos da câmara, de modo a procurar convergir as prioridades de uns e de outros».

Os estudos implicarão um investimento de 20 mil contos, comparticipados em 75 por cento pelo Programa de Intervenção Operacional de Renovação Urbana, e as consultas serão efectuadas por 30 estagiários recém-licenciados inscritos nos centros de emprego, supervisionados por sete técnicos da Câmara do Porto.

Maria José Azevedo adiantou que no final os resultados dos inquéritos ficarão disponíveis não só para os técnicos da câmara mas também para os investigadores e para a própria população inquirida, junto da qual será distribuído um prospecto com os principais dados bairro a bairro.

Vila Real de S. António

I Mostra de Teatro do Algarve

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Vila Real de S. António, que contou com o apoio do Ministério da Cultura, decorreu de 19 a 27 de Junho a I Mostra de Teatro do Algarve, que compreendeu 12 espectáculos e quatro «oficinas» de estudo.



A iniciativa teve como objectivo a dinamização das artes cénicas e a sua divulgação junto da população do Levante algarvio.

JANTAR COMEMORATIVO

Realizou-se no passado domingo, na Guarda, o jantar comemorativo dos 25 anos da fundação do Partido Socialista no distrito. Entre os mais de trezentos militantes que participaram nesta grande jornada de convívio socialista contavam-se alguns dos fundadores do Partido no Distrito (entre eles os camaradas Guilhermino Carvalhinho, Silvina e Henrique Abreu), os presidentes das 14 comissões políticas concelhias e o presidente da Federação Distrital, António José Seguro.

Conforme referiu na sua intervenção, no final do jantar, o camarada Fernando Cabral, presidente da Comissão Política Concelhia da Guarda, a acta da inauguração da sede distrital data de 27 de Junho de 1974, razão pela qual se escolheu este dia para a comemoração oficial dos 25 anos do PS e para o lançamento de uma medalha comemorativa da autoria do arquitecto António Saraiva.

Antes, em Abril, já haviam decorrido um conjunto de iniciativas comemorativas da efeméride e das quais se destacam um colóquio sobre os 25 anos do 25 de Abril e a exposição comemorativa dos



20 anos do «Acção Socialista». Fernando Cabral que começou por agradecer aos fundadores a sua coragem e dedicação na criação e consoli-

dação do PS no distrito, salientou a importância histórica do Partido Socialista na defesa da Liberdade, da Democracia e do desenvolvimento económico e social do País.

António José Seguro, líder da Distrital, ao homenagear os fundadores, recordou que o PS tem memória e orgulho naqueles que lutaram nos momentos mais difíceis para que o PS se consolidasse no distrito, tornando-se hoje na sua principal força política. O PS, salientou, «é composto por militantes e por inúmeros simpatizantes e amigos, mas são aqueles os que nas horas más têm sido o seguro de vida do partido».

Se o PS é hoje o maior partido nacional, «muito deve ao trabalho dos seus autarcas», referiu António José Seguro, deixando desta forma um agradecimento muito especial àqueles que diariamente lidam com as populações dando o seu melhor para, à semelhança do Governo, melhorar as condições e a qualidade de vida dos portugueses.

António José Seguro, na sua intervenção, fez ainda um forte apelo ao empenho dos militantes no próximo acto eleitoral, sobretudo para enfrentar e combater a enorme campanha de difama-

ção que o PSD está a fazer relativamente ao trabalho do actual Executivo. Apesar do Partido Socialista ter vindo a solidificar a sua posição de maior partido, também no distrito da Guarda, é preciso, afirmou Seguro, enfrentar as eleições de Outubro «com humildade e muito trabalho».

A grande aposta do Governo Socialista em melhorar e em incentivar a fixação de populações e empresas no interior, a par da construção de inúmeras infraestruturas, nomeadamente as acessibilidades, para vencer o atraso estrutural a que todo o interior foi votado durante o cavaquismo, foi amplamente salientado pelo presidente da Federação.

«Hoje, a Guarda é um distrito completamente diferente do que era em 1995 quando o PS ganhou as eleições», afirmou António José Seguro a finalizar a sua intervenção, garantindo que em 2003, com um novo Governo de António Guterres, a Guarda será uma região muito mais desenvolvida, pois o PS acredita nas pessoas e aposta forte no desenvolvimento do interior. E isto porque, frisou, «sendo fiéis aos nossos valores e princípios, temos um projecto para Portugal».

COIMBRA

Comunicado da Federação

Num comunicado do dia 27 de Junho, o Secretariado da Federação do PS/Coimbra «considera que o projecto Coimbra – Cidade da Saúde se reveste da maior importância para o desenvolvimento da cidade, do distrito e da região, pelo que decidiu constituir uma «Comissão de Apoio ao Projecto Coimbra – Cidade da Saúde», que será coordenada pelo deputado socialista João Rui de Almeida».

III Convenção Nacional da Nova Maioria

Sábado, 3 de Julho
Coliseu dos Recreios
Lisboa

PROGRAMA

10.00h - Abertura da Convenção
13.00h - Interrupção para Almoço
15.00h - Reinício de Trabalhos
19.30h - Apresentação e votação da Declaração Final
20.00h - Encerramento da Convenção por António Guterres

Congresso «Século XXI – O Século das Mulheres»

Coelho garante 25 por cento das mulheres nas listas PS



O camarada Jorge Coelho garantiu no dia 27, na sessão de encerramento do Congresso «Século XXI – O Século das Mulheres», que o PS «vai cumprir rigorosamente a quota de 25 por cento de mulheres em lugares elegíveis nas listas para as eleições legislativas».

O dirigente nacional do PS apoiou a ideia do camarada António Costa de elevar a fasquia para um terço na próxima legislatura e desafiou os restantes partidos a fazerem o mesmo.

O camarada Jorge Coelho lembrou que na discussão parlamentar PSD, PCP e PP numa santa aliança, «disseram que as quotas eram um objectivo partidário». Nesse sentido, reivindicou para o PS a criação da Comissão da Condição Feminina, do cargo de alto-comissário para as Questões da Igualdade e da Comissão parlamentar para a Paridade.

CARTA AOS PARTICIPANTES

António Guterres



III CONVENÇÃO NACIONAL DA NOVA MAIORIA

No encerramento dos Estados Gerais, em 1995, tive a ocasião de afirmar o desejo de que a passagem do *Partido Socialista* e da *Nova Maioria* pelo Governo deixassem uma marca irreversível, impossível de apagar ou inverter.

Caracterizei então essa marca em três aspectos fundamentais: uma profunda cultura democrática; uma prioridade absoluta à educação e o reconhecimento social da pobreza e da exclusão como ponto de partida para a sua erradicação.

Quase quatro anos depois, haja o que houver no futuro, será impossível voltar atrás. Do mesmo modo que é incontornável reconhecer o esforço desenvolvido pela *Nova Maioria* para responder aos problemas do desemprego, da insegurança e da droga.

O *Portugal do século XXI* tem que assentar em dois pilares: o da solidariedade e o da segurança. Da segurança física, mas também da segurança no emprego, na doença e na velhice. E com base nestes dois pilares, temos de definir o grande desígnio nacional de, no espaço de uma geração, vencer o atraso estrutural que ainda nos separa dos países mais desenvolvidos da Europa. Fazer do *Portugal do século XXI* um espaço de solidariedade e segurança, sem atraso e sem pobreza, consolidando as políticas que até agora temos desenvolvido, mas com novos objectivos, novas metas e desafios para o Governo e para a sociedade portuguesa dever-nos-á mobilizar a todos. Desde logo, em torno da prioridade acrescida à saúde e à segurança social, mas também uma



atenção aos desafios da sociedade da informação; de uma nova visão das áreas metropolitanas e das cidades intermédias em todo o país.

Há quatro anos, juntos, construímos um novo caminho de esperança e solidariedade para Portugal. No próximo dia 3 de Julho, na Convenção Nacional da Nova Maioria, conto com o seu contributo para continuarmos a aprofundar a relação de confiança que estabelecemos com as portuguesas e os portugueses. A sua presença será um forte estímulo para os desafios que temos no nosso horizonte comum, conto consigo.

A vitória histórica do Partido Socialista nas eleições europeias de domingo criou as condições imprescindíveis para que possamos obter uma vitória expressiva nas eleições legislativas e desse modo prosseguir o trabalho que António Guterres, o Governo do PS e a Nova Maioria têm vindo a desenvolver. De facto, num contexto europeu em que apenas os socialistas portugueses, franceses e austríacos ganharam as eleições, o PS aumentou a votação em eleições europeias, elegeu mais dois deputados e conseguiu a maior vantagem de sempre em relação ao segundo partido mais votado - 12 por cento.

A nossa vitória, apesar da elevada abstenção que segundo os estudos científicos afecta sobretudo o PS, foi obtida graças ao nosso cabeça-de-lista Mário Soares, a António Guterres, aos Candidatos que protagonizaram esta campanha e contou com o contributo empenhado de muitos milhares de militantes e simpatizantes.

A determinação dos militantes da nossa secção foi decisiva para transformarmos estas eleições num momento de grande mobilização, quer nos comícios distritais quer no grandioso comício de encerramento da campanha, em Lisboa. Estas foram umas eleições europeias especiais, desde logo porque tivemos o privilégio de poder contar com a participação de Mário Soares como candidato ao Parlamento Europeu, mas também porque elegemos os 25 representantes de Portugal numa instituição em crescente importância para a vida dos cidadãos comunitários.

Em todo o caso, no momento em que ganhamos mais uma eleição e, em nome do Secretariado Nacional, vos endereçamos um forte abraço de agradecimento pelo esforço desenvolvido, gostaríamos de vos sensibilizar para a importância dos próximos meses na afirmação do nosso projecto político para Portugal. E a melhor forma de comemorarmos esta vitória é começar desde já a preparar a próxima, nas eleições legislativas. Nesse sentido, importa ter presente a relevância da realização da *Convenção da Nova Maioria, no próximo dia 3 de Julho de 1999, pelas 10 horas, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa*, que será um momento de afirmação do nosso projecto para os próximos anos.

SNS

João Nóbrega



O QUE SENTEM OS PORTUGUESES

Com a criação do SNS, introduzido pelo PS em 1979, pudemos sentir na pele o que significa defender os interesses do cidadão. Sendo serviço universal e gratuito, ganhou mais sentido a palavra solidariedade e tornou inteligíveis as expressões igualdade de oportunidades e justiça social. Com altos e baixos, temos o nosso SNS. Ao longo dos anos vem servindo os interesses das populações. Serve-se ao cidadão um serviço, mas efectivamente sabemos o seu grau de satisfação? Haverá uma noção exacta da maior ou menor acessibilidade que lhe é proporcionada? E com o produto que lhe é servido? Gostará o povo de saber que com os recursos do seu SNS pode ser tratado mais rapidamente se puder ter acesso aos quartos parti-

culares de instituições da rede oficial do SNS, ou seja, se puder pagar? Saberá o cidadão como é feita a gestão dos limitados recursos económicos do SNS? As instituições são transparentes? Até que ponto a sua opinião conta para as decisões dos órgãos de gestão dos hospitais? As suas opiniões são recolhidas regularmente e podem ser expressas com facilidade? Os seus direitos estão garantidos por quem? A opinião dos funcionários do SNS e a sua satisfação têm sido avaliadas? Os recursos, sendo limitados, são utilizados no cumprimento de um plano estratégico expresso e seu conteúdo está sob controlo de alguém? Será que se consomem os recursos ao sabor de marés e de interesses que nada têm a ver com os ganhos em saúde da população?

É verdade, mais e melhor tem de ser feito. Há que fazer bastante mais e melhor. A proposta de reforma da saúde SNS 21 responde a muitas destas dúvidas, mostra caminhos a trilhar. Propõe que ao invés de se mudar dentro do sistema que se mude o sistema. Vamos exigir conhecê-lo, vamos participar discutindo. É urgente a descoberta deste documento da tutela. Finalmente vamos poder contar com a opinião dos cidadãos, medindo o seu grau de satisfação com os serviços que lhes são prestados.

Vão ser tomadas medidas concretas para melhorar a acessibilidade. Vai ser separado o exercício público do privado.

Em todas as instituições vai ser expressa a sua missão e elaborado planeamento es-

tratégico, tornando-as transparente nas suas opções.

A sua opinião vai ser tomada em conta nas suas opções

A sua opinião vai ser tomada em conta nas opções, face aos recursos limitados.

Todos os trabalhadores das instituições vão poder perceber as escolhas da administração.

Acho que vale a pena, acho que este Governo faz a proposta certa, no momento próprio.

O desafio passa pela mudança de atitudes, comportamentos e procedimentos. Haja a liderança capaz de alianças estratégicas. Haja também a capacidade de perceber que a democracia não é só para servir os mais inteligentes, com mais recursos ou mais estudos.

PERSPECTIVA

Pinheiro Coelho

JOSÉ SARAMAGO E O 25 DE ABRIL



Segundo os órgãos de Comunicação Social, o prémio Nobel da Literatura teria asseverado que se o 25 de Abril não existisse, Portugal encontrar-se-ia nas mesmas condições que hoje lhe conhecemos. Não imaginamos o contexto nem o âmbito desta afirmação, ou sequer o estado de espírito do seu auto; contudo, sempre se dirá que se Saramago com isso quis manifestar a sua angústia pelo proverbial atraso mental que caracteriza esta gente, de certo que o acompanhamos na constatação dessa insofismável realidade. É que, apesar de absorvermos em tempo real a comunicação mundialmente mais actualizada, difundida pela Internet e TV Cabo, todavia, continuamos refocilar numa cultura rafeira e a pensar a vida orientados pelo quadro de referências, sustentado em padrões de uma mentalidade inquisitória que desde o reinado de D. João III, em 1536, gravou indelével a idiossincrasia deste povo.

Na verdade, que outro país que se orgulha de, em termos de valores humanísticos, possuir a Constituição mais progressista do Mundo e, ao nível dos tribunais, julgar os cidadãos através de um código salazarista de 1939, para, desta forma, lhe sonegar os mais rudimentares direitos de cidadania e perversamente decidir sobre os seus legítimos interesses?

Quem como nós com tanta magnificência e circunstância, nos areópagos parlamentares e outras tribunas afins, proclama a defesa dos direitos humanos e, sobre isso, festeja todas as convenções mundiais, mas diariamente os governos e outras instâncias de decisão esforçam-se por espezinhar com requintado cinismo a bagatela da nossa liberdade e garantias dos cidadãos?

Onde se viu uma população que chora pelos refugiados do Kosovo e, portas dentro, passa ao lado da miséria mais repugnante e, tropeçando na pobreza mais indigente, nega-lhe um olhar de solidariedade e um simples sorriso de indulgência?



Que país é este, cujo povo, galhardamente, de punho erguido, nas alamedas da liberdade, jura no 25 de Abril e 1º de Maio que «O fascismo não passará» e, a despeito disso, consente que os governos subsidiem em milhões de contos os negócios de Champalimaud e Belmiro de Azevedo? Aceita que os juizes dos antigos plenários frequentem um tirocínio de democracia, sendo hoje os ilustres títeres da justiça que, nos Supremos Tribunais, rejeitam sentenciar os princípios da liberdade e, dando de barato o ridículo, prendem Otelio de Abril e soltam o sanguinário Rosa Casaco? Rendem lustrada homenagem ao

fascismo através de reformas e prebendas aos pides e, contudo, recusam ao libertador Salgueiro Maia os míseros escudos de uma pensão vitalícia?

Este é o país de uma gente que vibra nos estádios de futebol, bate na mulher quando o clube perde e adquire para ele bilhete de 10 ou 15 contos, mas não paga ao padeiro que lhe mata a fome nem ao leiteiro que lhe cede a nutrição dos filhos.

Com efeito, rejubila com a extradição de Pinochet, pelas atrocidades perpetradas contra o povo do Chile, porém, não enjeita que o seu Governo ofereça asilo político ao troglodita Nino Vieira que na Guiné cha-

cinou os seus opositores e tiranizou a vida da sua população?

Esta é uma gente que preconiza soluções para a guerra na Jugoslávia e a sobrevivência de Milosevic, contudo, não se entende para decidir a rizibilidade de um embate que danificou o seu farolim, ou riscou o plástico da sua viatura.

Usa na missa os telemóveis de última geração e exhibe os cartões de multibanco matizado de todas as cores bancárias. Espirra no passageiro do lado e gentilmente cospe no chão ou no transeunte que se aproxima. Passeia-se de metropolitano sem título de transporte; gaba-se de andar em autocarros sem bilhete e, com jactância, orgulha-se de fugir ao fisco e vigarizar o Sousa Franco das Finanças.

Este é, pois, um povo de um país sem designio e de uma vida sem rumo que continua fiel à matriz que fez dele uma terra de inquisidores, vergados como vime ao peso da delação familiar e, sem repugnância, se prostituiu às manhas do despota de Santa Comba Dão.

Dai não ser de esperar que o 25 de Abril tivesse operado qualquer transmutação na génese e alma da população portuguesa, porque nem a «Grândola Vila Morena» foi o hino que a libertou, ou tão-pouco os cravos vermelhos simbolizaram o despertar resgatador da liberdade crítica do seu pensamento.

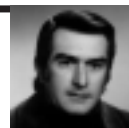
Por isso, da alvorada de Abril sobrou apenas a espuma de um sonho que se acabou e os princípios de liberdade formais, associados a uma abstracção jurídica espelhada num desejo que não se cumpre, para em compensação se cultivar um excesso de sofisma militante, destinado a subverter os mais elementares direitos dos seus indígenas com argumentos encanados numa aparência verdadeira mas servidos a esconder a falsidade de uma qualquer razão de Estado.

Donde, parafraseando Baptista-Bastos, podemos concluir que este é um povo cujo «receio de ser livre provoca nele o orgulho de ser escravo».

DEMAGOGIA LARANJA

Bento Elísio de Azevedo

O GOVERNO NÃO GOVERNA



O Governo não governa! O Governo não decide! O Governo é inoperante! A rosa murchou! Um espectáculo de caos e degradação! O reino regabofe dos boys e girls! Não há segurança! A justiça vai de mal a pior! A saúde está doente! Guterres sabe dialogar mas não sabe decidir!! O Governo não faz obra, apenas conclui as obras do anterior! Há meses que ouvimos estas afirmações, marteladas quase diariamente na Comu-

nicação Social, com relevo na televisão, incluindo a estatal. Tal é a metralha, que muita gente começa a acreditar que até é verdade!

Por alergia, nunca me dei ao trabalho de ler o «Mein Kampf», a celeberrima e triste obra de Adolfo Hitler.

Tinha apenas treze anos quando deflagrou a Segunda Guerra Mundial e só, mais tarde, me apercebi dos horrores que esta guerra provocou e das barbaridades praticadas pelos nazistas de então, sob a ba-

tuta de Hitler.

Ao ler recentemente uma curiosa, interessante e brilhante tese de doutoramento do Dr. Fernando Amaro Monteiro, publicada em 1993 pela Universidade Portucalense e intitulada «O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique - 1964/74)», deparei, a páginas 23, com o que a seguir reproduzimos: - ... «são quatro as premissas da subversão metódica segundo a praxis de Adolfo Hitler:

1 - Sustentar que o Governo é indigno (ou

não governa-acrescento eu);

2 - Sustentar que o Governo não está identificado com valores realmente nacionais;

3 - Atacá-lo com violência e persistência, para impressionar as massas;

4 - Procurar a impunidade dos ataques, para demonstrar que o governo é impotente e, logo, figuração a derrubar.»

Estarão a ser recuperadas as praxis hitlerianas 60 anos depois? O Governo que se cuide! Uma mentira repetida muitas vezes...



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concertos em Abrantes

Hoje, o grupo Bevano Est estará na cidade para um espectáculo que decorrerá, a partir das 21 e 30, na Praça Raimundo Soares, integrado no Festival «Sete Sóis, Sete Luas». No sábado, a autarquia local procederá a mais um concerto no âmbito da iniciativa «Música do Milénio». Assim, o Auditório da Santa Casa da Misericórdia será palco para o duo de piano e clarinete formado por Pedro Burmester e António Saiote. A Galeria Municipal de Arte recebe, entre os dias 3 e 25, uma mostra de escultura de João Limpinho. A exposição poderá ser visitada de terça a sábado, entre as 14 e as 20 horas, e ao domingo, das 15 às 19 horas.

Escultura em Albufeira

A exposição de escultura contemporânea de Isaque, Manuel Patinha, e Paulo Neves será inaugurada, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, na quarta-feira, dia 7, pelas 21 e 30. A mostra permanecerá patente ao público até ao final deste mês.

Feira em Coimbra

A Feira Comercial e Industrial de Coimbra (CIC), que decorre, no Alto da Relvinha, prolonga-se até ao dia 4, incluindo este ano um programa de animação. Hoje realiza-se mais um encontro das Jornadas Técnicas. Em debate estará «O controlo dos produtos alimentares». «No Caminho da Floresta» é o título que designa uma «Viagem à descoberta das nossas histórias, livros e autores favoritos». Esta actividade, em marcha até ao próximo dia 9, na Casa Municipal da Cultura, destina-se a crianças a partir dos 4 anos de idade, e decorre às segundas-feiras, das 14 horas às 18e 30; de terças a sextas-feiras, entre as 10 e as 12 e 30 e das 14 às 18 e 30.

Música brasileira em Famalicão

Gilberto Gil, Ney Matogrosso, Elba Ramalho e Daniela Mercury actua amanhã e no sábado, dia 3, no Festival Vale d'Este, no Louro. Neste espectáculo de música brasileira participam também Zeca Baleiro e Olodum.

Neve em Ferreira do Alentejo

A Feira Nacional da Água e do Regadio, que começa amanhã, prolongando-se até domingo, dia 4, promete para o seu segundo dia do certame um espectáculo de neve real. De acordo com a Câmara Municipal, o espectáculo de neve, produzida a partir de nitrógeno líquido não agressivo, ar comprimido e água, insere-se num conjunto de iniciativas de carácter científico e educativo sobre a água.

A edição deste ano conta com 150 stands e o programa da feira inclui diversos colóquios sobre temas relacionados com o regadio.

Verão musical em Guimarães

O Verão guimaranense promete valer a pena. A prova será dada já hoje, pelas 22 horas, na Praça de São Tiago, onde os portugueses Ceia dos Monges darão um espectáculo musical. Amanhã, sexta-feira, dia 2, a animação continua no mesmo local e à mesma hora, desta feita com o agrupamento The Gift. Ainda nos mesmos local e horário apresentam-se, este sábado, dia 3, os ingleses Andrew Cronshaw & Ric Sanders e os espanhóis Manuel Luna y La Musgüña.

Bordados na Guarda

«Vidas Expostas - Estórias bordadas por Maria Barraca» é o título de uma exposição de quadros bordados de Maria José dos Santos que, até 19 de Setembro, está patente ao público no Museu da Guarda. A mostra é constituída por cerca de 40 pequenas tapeçarias em que a autora usou restos de tecidos e linhas desfiadas de roupas usadas para representar episódios da vida de Santa Bárbara.

«Sempre» em Lisboa

O saxofonista de jazz Carlos Martins apresenta, amanhã, ao vivo, no Fórum Lisboa (ex-cinema Roma), o seu novo álbum, «Sempre», dedicado às canções de intervenção. Carlos Martins será acompanhado neste espectáculo por Alexandre Frazão (bateria), Bernardo Sasseti (piano), Carlos Barreto (contrabaixo) e Mário Delgado (guitarra), o mesmo quinteto que gravou o disco. Este fim-de-semana não perca o espectáculo que o Centro Cultural de Belém lhe tem reservado.

A partir das 21 e 30 o Grande Auditório do CCB transforma-se num espaço para «A Grande Magia», uma fábula em três actos, de Eduardo De Filippo.

«Arlequim, servidos de dois amos» é o outro show italiano, de Carlo Goldoni, que espera por si no mesmo horário e local, nos dias 7 e 8.

A vitalidade e diversidade da criação contemporânea é o principal objectivo da exposição de um conjunto de obras da Fondation Cartier Pour L'art Contemporain, patente no Centro Cultural de Belém.

Até 24 de Outubro estarão em exibição obras de 23 artistas, nomeadamente fotografia, pintura, esculturas, instalações de vídeo e de laser, escolhidas entre artistas que reflectem as tendências mais recentes do conjunto da colecção.

Caça e Pesca em Loulé

Realiza-se, a partir de amanhã e até ao domingo, dia 4, no Pavilhão do Nera, a IV Feira de Caça e Pesca do Algarve.

Arte macaense no Porto

Até ao dia 12 estará em exibição pública, no Mercado Ferreira Borges, uma mostra de artes plásticas de artistas originários de Macau. «Da Cruz de Cristo ao Sol Nascente» é o título da exposição que se encontra patente no Museu Guerra Junqueiro, até ao dia 20, de terça a sábado, entre as 10 horas e as 12 e 30, e das 14 às 17 e 30. Aos domingos a mostra pode ser visitada no horário das 14 horas até às 17 e 30.

Variedades em Setúbal

A «Sado West'99» começa sábado, no Faralhão. Trata-se de uma iniciativa do «Movimento de Intervenção Cultural do Sado», constituído por um grupo de quatro jovens que, em colaboração com a Junta de Freguesia do Sado, se propõe levar a cabo um conjunto de actividades lúdicas e culturais que mobilize a comunidade mais jovem. No espectáculo que terá início às 17 horas do dia, na Cooperativa de Habitação do Faralhão, está prevista a actuação de diversas bandas de música setubalenses - Serrasalmo Yonder, Einstein Band, Poultry, Mallory Sin, Melodrama, Grunk e Flowers On a Mine Field. Actividades circenses, teatro popular e outras manifestações culturais também estão previstas.

A mostra «Hans Christian Andersen - Vida e Arte (1805-1875)», espera por si, na Biblioteca Municipal, até ao final do mês.

Trata-se de uma exposição itinerante do Museu de Odense, Dinamarca, cidade natal de Hans Christian Andersen, e que é constituída por 20 painéis impressos que ilustram a vida e a carreira do escritor, com recurso ao texto e à imagem, desde o nascimento até à morte em Copenhaga, em 1875.

Sons da história em Viana do Castelo

A temporada de Verão do «Sons da História», que decorre na freguesia de Vila Praia de Âncora, Caminha, engloba 21 espectáculos musicais a realizar até 1 de Outubro em sete municípios do Alto Minho.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Poema da auto-estrada

*Voando vai para a praia
Leonor na estrada preta.
Vais na brasa, de lambreta.*

*Leva calções de pirata,
vermelho de alizarina,
modelando a coxa fina,
de impaciente nervura.
Como guache lustroso,
amarelo de indantreno,
blusinha de terileno
desfraldada na cintura.*

*Fuge, fuge, Leonoreta.
Vai na brasa, de lambreta.*

*Agarrada ao companheiro
na volúpia da escapada
pincha no banco traseiro
em cada volta da estrada.
Grita de medo fingido,
que o receio não é com ela,
mas por amor e cautela
abraça-o pela cintura.
Vai ditosa, e bem segura.*

*Como um rasgão na paisagem
corta a lambreta afiada,
engole as bermas da estrada
e a rumorosa folhagem.
Urrando, estremece a terra,
bramir de rinoceronte,
enfia pelo horizonte
como um punhal que se enterra.
Todo foge à sua volta,
o céu, as nuvens, as casas,
e com os bramidos que solta
lembra um demónio com asas.*

*Na confusão dos sentidos
já nem percebe, Leonor,
se o que lhe chega aos ouvidos
são ecos de amor perdidos
se os rugidos do motor.*

*Fuge, fuge, Leonoreta.
Vai na brasa, de lambreta.*

In (António Gedeão, «Poesias Completas» (1956-1967), Lisboa, Portugalá, 1972)

O Poder da Górgone

TEATRO

Peter Shaffer Autoria
Manuel Coelho Encenação

Teatro Nacional D. Maria II

Terças-feiras a sábados – 21h30
Domingos – 16h00



ALEMANHA, SANTANDER, MERCOSUL E JUGOSLÁVIA

Participei na semana passada, numas jornadas em Bona, sobre a Cooperação Empresarial Luso-Alemã na qual foram discutidas comigo e nomeadamente com o Secretário de Estado Vítor Ramalho as perspectivas de desenvolvimento dessa cooperação e a situação dos empresários portugueses na Alemanha. Efectivamente, a segunda geração de emigrantes portugueses foi evoluindo na sua situação social, económica e educativa e mesmo entre os da primeira geração já é significativo o número dos que, tendo tido algum sucesso na sua actividade laboral ou tendo até tido algumas dificuldades, resolvem dar o difícil salto de criar uma empresa. Neste contexto, é importante não só a iniciativa da Federação dos Empresários Portugueses na Alemanha como o apoio que a Federação da Ale-

manha do PS dá a essas actividades. Entretanto, evolui a situação do assunto Mundial Confiança / Santander - BCSH. A forma como o grosso da imprensa espanhola tratou o assunto (com um "chauvinismo" atroz e em geral infundamentado) contrastou com a forma pretensamente isenta, e em muitos casos, ultra-liberal com que diversos cronistas lusos abordaram o tema. A auto-liquidação gradual e semi-camufada do grupo Champalimaud ainda demorará algum tempo e terá tido a vantagem de alertar para a necessidade de acelerar a reorganização do sector bancário português, garantindo a manutenção de centros de decisão nacionais, os direitos dos trabalhadores e os interesses dos clientes e dos accionistas. Avançam na América do Sul as conversações Mercosul / União Europeia: E

essa, sim, é uma linha de orientação fundamental para o desenvolvimento da actividade de internacionalização da economia portuguesa e de articulação dos blocos político-económico regionais, no quadro do processo de globalização em curso. O processo de reconstrução do Kosovo e de toda a Jugoslávia cujas instalações industriais e infraestruturas de energia e transportes foram em boa parte destruídas pelos bombardeamentos aliados, está na ordem do dia. A tão desejada queda de Milosevic facilitará a reconstrução que os países europeus desejam e que a União Europeia e os seus diferentes membros muito provavelmente financiarão. A longo prazo, perspectivar-se-á a própria integração gradual dos Estados e dos povos balcânicos, em paz, no processo de construção da União.

«Seria um erro gravíssimo privatizar a Caixa Geral de Depósitos (CGD), nem que fosse um por cento do seu capital. Manter o sistema financeiro nacional em mãos portuguesas passa por manter o capital da CGD inteiramente público»

Sousa Franco
Visão, 24 de Junho

«Os mercados devem ser regulados com liberdade e acima deles devem imperar valores de carácter social e nacional que eles têm de respeitar»

Idem, ibidem

«Alguns acham que o mercado substitui a lei e a moral; eu penso que sem lei e sem ética não existe mercado, mas só selva económica»

Idem, ibidem

«Há muitas coisas que não se compram nem se vendem»

Idem, ibidem

«Durão Barroso tem muita pose e pouca substância»

Manuel Maria Carrilho

DNA, 26 de Junho

«A história não me preocupa. Gostava que este ministério ficasse identificado com a consolidação de uma convicção: a de que a cultura é um sector fundamental do desenvolvimento»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Partido Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Accção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Accção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Accção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director:
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz